

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

BRASÍLIA, ENTRE A UTOPIA E O GOLPE

SÃO PAULO

2018

AUGUSTO ROLIM SARAIVA

BRASÍLIA, ENTRE A UTOPIA E O GOLPE

Monografia apresentada como requisito  
obrigatório à obtenção do título de  
bacharelado, curso de Geografia,  
Universidade de São Paulo.

Orientadora: Prof. Drª. Simone Scifoni

SÃO PAULO

2018

A todos que perderam a vida durante a Ditadura Militar porque lutaram por um novo Brasil e todos aqueles que lutam contra os golpistas da atualidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço aos meus avôs (Jaime Rolim e Paulo Saraiva) e avós (Gabriela Saraiva e Georgina dos Santos), todos eles nordestinos, que foram para Brasília cada um a seu jeito acreditando em um novo Brasil.

Agradeço à minha mãe (Dilene Rolim) por ter me ensinado a lutar pelas coisas.

Agradeço ao meu pai (Francisco Saraiva) pelo estímulo intelectual e apreço pelo conhecimento.

Agradeço a meus irmãos (Hélio, Ana e Gabriela) pela cumplicidade de vida e amizade.

Agradeço ao amigo Roberto Gicello pelo trabalho de revisão e também, a ele novamente e sua família, Gina Karla e Lívia Souza, que são uma valiosa companhia de amigos em São Paulo.

Agradeço à professora Simone Scifoni pelos ensinamentos, pela solidariedade nos momentos difíceis.

Agradeço aos professores Manoel Neto e Eduardo Girotto que, de maneira gentil, aceitaram compartilhar seus olhares sobre o trabalho.

Agradeço aos companheiros da Moradia Retomada pelos aprendizados na luta cotidiana da ocupação.

Agradeço ao Fernando Sampaio e Gustavo Pagador pela amizade e anos de convivência no Crusp.

Agradeço à professora Elizabeth Braga e a toda comunidade escolar EMEF Jd. Boa Vista pelos aprendizados na luta por uma escola pública de qualidade.

Agradeço aos amigos(as) e companheiros(as) que fiz na USP.

Agradeço a todos professores da USP que me estimularam na busca pelo conhecimento e pela sua aplicação.

Agradeço aos estudantes e professores das escolas onde lecionei durante a graduação e tive a oportunidade de ter valorosas e afetivas lições.

Agradeço a todos que me ajudaram quando fui processado por lutar por uma universidade pública e democrática. Seja como advogado (Gustavo Seferian, Aton Fon e Augusto Luiz) ou testemunha no processo (Alceu Castilho, Yara Moreno, Lúcia Rodrigues, Prof. Jorge Souto Maior, Prof. Ana Fani, Prof. Simone Scifoni, Prof. Fernanda Padovesi, Prof. Luiz Renato Martins).

“É preciso sonhar, mas com a condição de crer em nosso sonho, de observar com atenção a vida real, de confrontar a observação com nosso sonho, de realizar escrupulosamente nossas fantasias. Sonhos, acredite neles.”

Vladimir Ilyich Ulyanov - Lenin

## **1. Resumo**

Entre os vários motivos alegados para a mudança da capital brasileira do Rio de Janeiro para Brasília, aquele que o governo de Juscelino Kubitschek alegou ter maior relevância foi o de que seria uma estratégia para criar um polo dinâmico no interior do território nacional. Entretanto, tal motivo parece não ter justificado por si só a transferência do centro do poder político nacional do Rio de Janeiro para o planalto central. Assim, a pesquisa visa demonstrar como a concentração urbana e política do Rio de Janeiro podem ter sido um dos motivos da transferência da capital. O desenvolvimento urbanístico da cidade de Brasília e a ocorrência dos golpes de Estado em 1964 e 2016 serão analisados para compreender como o centro do Estado brasileiro se “territorializou” nos últimos 50 anos.

## **SUMÁRIO**

Introdução e Justificativa .....	8
Capítulo 1 – Espaço, controle social e poder político .....	16
Capítulo 2 – O Rio de Janeiro como cidade hostil .....	26
Capítulo 3 – Brasília - entre a utopia e o golpe .....	38
Capítulo 4 – Resistência ao controle planejado .....	49
Conclusão .....	60
Bibliografia .....	64

## **Introdução e Justificativa**

Brasília é considerada um símbolo do urbanismo modernista em nível mundial. A cidade foi construída numa velocidade espantosa para os padrões da época, no planalto central brasileiro, a partir dos traçados simples e inovadores do urbanista Lúcio Costa. O seu projeto, ou melhor, o seu plano-piloto<sup>1</sup>, foi declarado vencedor do concurso realizado pela Comissão de Planejamento da Construção e da Mudança da Capital Federal, no dia 16 de março de 1957.

José Bonifácio de Andrada e Silva, presidente da Assembleia Constituinte de 1823, incluiu a mudança da capital entre as prioridades nacionais. A Assembleia, porém, foi dissolvida pelo imperador Pedro I, e o assunto só seria retomado em 1891, na primeira Constituição da República, que fixou como meta a transferência da capital. Disso resultou, em 1892, a criação da Missão Cruls — grupo de 21 cientistas, técnicos e engenheiros, chefiado pelo geógrafo belga Louis Cruls, encarregado de explorar e conhecer a região. O grupo demarcou uma área de 14,4 mil quilômetros quadrados, chamado de “Quadrilátero Cruls”, que abrigaria o futuro Distrito Federal. O relatório, entretanto, foi engavetado.

O presidente Getúlio Vargas, meio século depois, debruçar-se-ia por duas vezes sobre o projeto. Primeiramente no Estado Novo (1937-1945), quando lançou a Marcha para o Oeste, mas acabou deixando a ideia de lado. No entanto, a proposta reapareceria no artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição de 1946, após Vargas ser desposto. Em 1953, Getúlio, já presidente eleito, criou a “Comissão de Localização”, presidida pelo general José Pessoa, o qual iria a campo no turbulento em 1954 (ano do suicídio de Vargas), concluindo seus trabalhos já no governo de Café Filho. Pessoa alterou o quadrilátero fixado por Cruls.

Desde a Independência até a inauguração de Brasília, diversos personagens de destaque político, científico e artístico discutiram a questão. Muitos projetos foram elaborados a respeito do tema e a ideia sempre

---

<sup>1</sup> Cabe destacar que o termo Plano Piloto é decorrente de uma carta de Le Corbusier ao Marechal José Pessoa em que o arquiteto franco-suíço discutia o contrato entre ele e o governo federal para a elaboração do seu Plan Pilote para a capital, em 1955. Posteriormente incorporado ao edital, o termo tornou-se conhecido como a área definitivamente destinada à Nova Capital. TAVARES, Jefferson, 2007.

incorporada às constituições brasileiras promulgadas neste período (a provisória de 1890 e as de 1891, 1934, 1937 e 1946).

A ideia, ou utopia, de uma nova cidade que permitisse uma nova vida é inclusive bíblica:

E não esqueçamos da permanência, ao lado do projeto do tempo técnico, daquele tempo bíblico, que impregna ainda fortemente nossa cultura. Rechaçado do Paraíso, o homem nunca deixa de se redimir do pecado original, mas essa redenção tem uma forma: a Jerusalém celeste. Da mesma forma, quando Caim, após ter matado seu irmão, é interpelado e amaldiçoado por Deus, ele funda uma cidade. Assim, para aproximar-se ou separar-se de Deus, o homem forma o projeto de uma cidade, celeste ou terrestre. O primeiro projeto do homem separado de Deus tal como nos descreve a bíblia não era um projeto de cidade?

VIDAL, Laurent. 2009. p. 14

Dessa forma, Brasília foi pensada de diferentes maneiras ao longo da história do Brasil. Para analisa-las, é importante diferenciar as ideias em si do que é um projeto de cidade. O projeto, concebido tecnicamente como procedimento, mas também como intenção (política, social ou artística) pode ser total ou parcial, realizado ou virtual. A ideia, sim, é filosófica, literária, religiosa, utópica e também popular: ela procede de valores intrínsecos à cidade, concebendo suas relações filosóficas e simbólicas com a totalidade do mundo e do cosmo. Embora ideia e projeto de cidade sejam distintos, a relação entre os dois é evidente.

Apesar de antiga a ambição em construir uma capital no interior, não seria possível compreendê-la sem situar as ideias a partir do seu contexto social, econômico, político, espacial etc. O plano acalentado por Dom Pedro II teria tido as mesmas motivações que levaram Juscelino Kubitschek a construir Brasília? Kubitschek teria dado continuidade ao plano, com as mesmas intenções que o Presidente e Marechal Eurico Gaspar, que havia retomado os trabalhos de pesquisa abandonados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo? Para responder a estas perguntas é importante lembrar que as ideias não existem à margem da situação concreta em que elas existem.

Como um projeto político e social pode tomar o aspecto de uma cidade? E ainda, a forma dessa cidade, o modelo urbanístico e a técnica arquitetônica empregada corresponderam a tal ambição? Se por um lado, a simples cronologia de ideais utópicos existentes ao longo tempo revelam algo sobre as sociedades, suas ambições, suas angústias, suas capacidades e sensibilidades, por outro, são insuficientes para desvendar a cidade em projeto.

O conceito de projeto compreendido pelo viés da arquitetura é a tentativa de antecipar a dimensão espacial. Já a filosofia das luzes trouxe a noção de progresso, ao afirmar o homem como agente da história permitiu uma nova dimensão para o conceito de projeto<sup>2</sup>.

Progresso e projeto estão justamente aí para testemunhar dessa capacidade do homem em fazer a história e por meio dela seu profundo desejo de realizar a si mesmo ao se querer criador [...]. É nesta época que o projeto vem a ser utilizado para caracterizar a nova temporalidade científica e técnica ávida de progresso.

BOUTINET, Jean-Pierre. 1990. p. 29-30

Etimologicamente, a palavra “projeto” pressupõe o “ato de jogar para a frente”, a existência de um problema e um diagnóstico a respeito desse problema.

A geografia, através do planejamento, desenvolveu a ideia de plano, que é uma antecipação do futuro pelo Estado com objetivos e meios ou recursos,

---

<sup>2</sup> “A palavra projeto vem do latim *projicere*, jogar para a frente. É com o particípio passado desse verbo, *projectum*, que será forjado em nosso francês o antigo *Project*. Com efeito, o latim não tem um termo exato para designar o que entendemos por projeto [...]. Da mesma maneira, o grego antigo não possuía nenhum correspondente ao nosso projeto, mas dispunha do termo *balle in*, para designar o ato de jogar. É a partir desse termo que o francês antigo nos séculos XIV e XV formou o termo *probleume*, baseado no composto grego *proballein*, jogar para a frente. Projeto de origem latina, e problema, de origem grega, expressam, portanto, o ato de ‘jogar para a frente’ uma intenção e o problema uma questão difícil de resolver. Mas o estreito parentesco, e até a complementaridade dos dois termos, nos leva a afirmar que não há projeto sem problema, sem questionamento, e inversamente, não há problema sem projeto, não há questionamento sem uma certa intenção de resolvê-lo”. BOUTINET, Jean-Pierre. Les multiplex facetes du projet. Sciences Humaines, n. 39, p. 21 (“Faire des projets”), maio de 1994.

levando em conta um tempo com suas etapas e fases. Vem depois (ou a partir) de um diagnóstico, um estudo da realidade onde se vai intervir; ao diagnóstico segue-se um prognóstico e deste propostas de ação. Este plano deve levar em conta o tempo (curto, médio ou longo prazo), o espaço ou área de abrangência, a atividade (ou setores abrangidos), os recursos disponíveis, as estratégias a serem implementadas e o cronograma.

Já a geopolítica nos leva à discussão da localização dessa capital. Litoral? Interior? Centro? Mas de que centralidade se trata? Territorial? Demográfica? Econômica? Quais as funções de uma capital e como elas dialogam com as classes dominantes que governam o país? E ainda, por que construir uma nova capital e não investir maciçamente no transporte ferroviário, entre outras medidas, que poderiam fazer o interior brasileiro desenvolver-se economicamente?

A geografia urbana nos leva para uma análise do traçado urbano previsto no projeto de Brasília e a vida urbana real da capital. Essas contradições estavam previstas para os seus projetistas? Se não estavam previstas para os seus projetistas, elas foram previstas por aqueles que contrataram os projetistas? Os governos militares modificaram a orientação inicial do projeto urbano de Brasília? De acordo com Jean Duvignaud, “*a cidade é a memória de si mesma. Aqui, o passado da cidade acumula-se sob os pés dos cidadãos vivos. Os mortos, os excrementos, as ruínas. [...] Assim a cidade é uma luta constante contra o esquecimento*”<sup>3</sup>. Trata-se de então de compreender de que maneira a memória, a identidade de uma nação ou de uma comunidade pretende especializar-se, ou melhor, quem ou o que produz uma cidade para nela depositar uma memória?

Outra questão relevante é: como a configuração urbana de Brasília se relaciona com a configuração política do Estado brasileiro? Além da dimensão técnica ou científica, é de fundamental importância acrescentar a dimensão social e política para a análise dos planos e projetos, pois, a ciência, assim como qualquer forma de conhecimento, as quais estão ancoradas na existência real de pessoas que se situam no tempo, no espaço, possuem interesses, ideologias

---

<sup>3</sup> DUVIGNAUD, Jean. *Lieux et non-lieux*. p. 50.

e agem assim, de forma a corresponder a sua própria realidade, à de um grupo, à de uma classe social. É preciso também analisar as contradições entre o pensamento das elites técnicas, científicas (que não são neutras) e as elites políticas e econômicas.

Uma pista que pode conduzir às forças que impulsionaram a construção da nova capital seria a análise do diagnóstico e dos problemas compreendidos por aqueles que tiveram efetivamente poder de influência no processo.

Com efeito, qualquer projeto de cidade, quer se trate de reforma urbana ou de cidade nova, é estabelecido com relação a uma cidade de referência, cidade real que constitui, na maioria dos casos, a antítese da cidade projetada. Um projeto de cidade deve, portanto, ser analisado no contexto da urbanização de um país: não se pode isolá-lo desse contexto.

VIDAL, Laurent. 2009. p. 15

No caso de Brasília no século XX, a cidade referência ou cidade problema é o Rio de Janeiro. O projeto de Brasília pressupõe a ideia de que o Rio de Janeiro não atenderia às exigências como capital para o novo Brasil que deveria surgir. Qual foi o prognóstico sobre os problemas que tornariam o Rio de Janeiro uma cidade problema?

Ao analisar essa questão, é importante observar os principais atores políticos, sociais, econômicos e intelectuais da época, para buscar identificar esse prognóstico que classificaria a cidade carioca como um empecilho para o Brasil “se jogar para frente”, ou para o progresso, como está inscrito no lema positivista da bandeira nacional.

A crise que se desenrolou no ano de 1954 pode fornecer muitas dicas para essa resposta. O governo Vargas se encontrava em “pé de guerra” com a oposição, liderada por Carlos Lacerda, pelos jornais de grande circulação e pelos militares. A crise ganhou contornos insustentáveis com o atentado, no dia 5 de agosto de 1954, na rua Tonelero, no bairro carioca de Copacabana, praticado por iniciativa própria do segurança de Getúlio Vargas contra Carlos Lacerda. O atentado serviu como a justificativa que faltava para a preparação de um golpe militar contra o chefe máximo do poder executivo. Não vendo alternativas, Vargas comete o suicídio, o que levou a uma grande revolta popular nas grandes

cidades brasileiras, em especial, no próprio Rio de Janeiro. Os fatos que se desenrolaram nesse ano são fundamentais para fornecer pistas a respeito da visão difundida nos bastidores dos quarteis, na qual o Rio de Janeiro seria uma “capital problema”.

Depois de vários embates nos bastidores, o candidato à presidência pelo PSD, vence o processo eleitoral com uma margem estreita, e só assume o cargo devido a um contragolpe liderado pelo general Henrique Teixeira Lott.

Kubitschek toma posse então na Presidência da República em meio a um ambiente extremamente conturbado, e entra para a história como o presidente que realizou aquilo que estava inscrito nas constituições republicanas brasileiras desde 1890.

Ordenado pelo então presidente Juscelino Kubitschek, a construção de Brasília se tornou a meta-síntese do seu plano de governo (o plano de metas), anunciado durante o processo eleitoral em 1955. A nova capital, denominada por Kubitschek como a “cidade da esperança”, também se tornou um símbolo da tentativa de modernização do Estado brasileiro e do desenvolvimento econômico nacional ao se constituir em elemento central do seu programa de governo, que se chamou: *“50 anos de progresso em 5 anos de realizações, com pleno respeito às instituições democráticas”*. Brasília, assim, surgiu como símbolo da tentativa de “reinvenção” da nação brasileira, ao deixar para trás o forte apelo arquitetônico do barroco e o urbanismo característico das cidades brasileiras marcadas séculos de colonialismo como o Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Recife e tantas outras.

A construção de Brasília, então iniciada, leva a algumas perguntas. Por que tal plano só foi concretizado na década de 1950? Ou melhor, em que o contexto político-econômico brasileiro e a geografia da cidade do Rio de Janeiro daquela década podem ajudar para elucidar tal questão?

Com o termo “projeto de Brasília”, três aspectos ligados à criação da nova capital devem ser pensados: o projeto de capital (a transferência em si mesma e sua significação geopolítica); o projeto de cidade (a construção de uma cidade nova); o projeto de sociedade (a ideia de “Brasil moderno”). O projeto de Brasília forma-se, portanto, um pouco

como um depósito geológico de ideias e projetos sucessivos a respeito do Estado, da cidade e da sociedade.

VIDAL, Laurent. 2009. p. 15

Os três principais aspectos ligados à criação da nova capital, o seu projeto geopolítico, o seu projeto de cidade e o seu projeto de sociedade, dialogam com a realidade brasileira atual.

Mais de cinquenta anos depois da fundação de Brasília, é possível afirmar que a tentativa de refundar a nação brasileira, ou tornar o Brasil um país desenvolvido, liberto das amarras sociais e econômicas que caracterizaram o Brasil colônia, em grande medida falharam. Apesar do crescimento da economia brasileira, a ponto de ter se tornado a sexta maior economia do mundo, não é possível afirmar que as contradições fundamentais da sociedade brasileira foram superadas. Há uma grande quantidade de desigualdades estruturais que ainda permanecem, tais como: a concentração fundiária, a concentração industrial – e o domínio da mesma pelo capital estrangeiro –, a desigualdade social, a desigualdade racial, a desigualdade regional, o grande déficit habitacional, a falta de acesso ao saneamento básico entre outras.

Não menos importante, a cidade utópica projetada por Lúcio Costa e com papel fundamental do arquiteto Oscar Niemayer, tentou inaugurar um novo tipo de espaço urbano no Brasil, permeado pela convivência democrática dos seus habitantes e pelo uso comum do espaço público. Entretanto, Brasília, do ponto de vista geopolítico, não apenas foi controlada pelos militares – que tomaram o controle do país logo após sua fundação, no golpe de 1964 – os quais transformaram-na numa espécie de “grande quartel-general”. Esta ditadura civil-militar assombrou o povo brasileiro durante vinte e um anos.

Quanto ao aspecto social, Brasília se tornou quase que o oposto do queriam os seus idealizadores. Planejada para ser uma cidade média, com cerca de 500 mil habitantes, o rápido crescimento demográfico levou a cidade a contar na sua área urbana com mais de 3 milhões de habitantes (contando-se o entorno do Distrito Federal). Além disso, a sua região central, originalmente planejada no Plano-Piloto, foi alvo de um constante processo de elitização, tanto pelo aspecto econômico (especulação imobiliária, alto custo dos alimentos etc.), quanto por

ações governamentais como, por exemplo, a CEI (Campanha de Erradicação de Invasões), promovida durante o regime militar em 1970 que levou a criação da maior cidade-satélite do Distrito Federal, a Ceilândia. Dessa forma, a segregação urbana atingiu níveis altíssimos, mesmo quando se pensa nas grandes metrópoles brasileiras que já possuem um elevado grau de desigualdade quanto ao acesso a equipamentos públicos de lazer, cultura, trabalho, educação.

O presente trabalho buscou fazer uma reflexão sobre alguns elementos que indicam uma contradição entre o projeto oficial de Brasília com as suas razões apontadas, com os demais interesses e problemas existentes naquele contexto, que de alguma confluíram num propósito imediato comum durante o governo Kubitschek, mas que, aparentemente, apontavam para caminhos diferentes.

Obviamente, muitas perguntas não puderam ser respondidas a contento nesse trabalho inicial, que mais se aproxima de um ensaio do que de uma tese. Alguns tópicos necessitariam ainda de uma sustentação em mapas, estatísticas, documentos oficiais etc. Outras perguntas sem resposta surgiram também, e que elas sirvam para permitir um posterior aprofundamento do tema pelo autor deste trabalho, ou para qualquer outro estudioso que se sinta instigado pelo assunto.

A análise sobre os muitos projetos e ideias favoráveis à construção de uma capital no interior, que existiram em diferentes momentos da história nacional, ficará reservada para outra análise, maior e mais profunda, sobre o tema.

## 1 – Espaço, controle social e poder político

A geografia tem como característica central a necessidade de “*pensar o espaço em sua complexidade*”, como sintetizou Lacoste.<sup>4</sup> Refletir sobre os múltiplos aspectos que compõem espaço geográfico e a relação entre esses é uma tarefa que torna a geografia uma área do conhecimento humano essencial para o entendimento da realidade social.

A dimensão espacial da realidade esclarece primeiramente com sua vertente de raciocínio a localização e a distribuição e a distribuição das atividades dos homens na superfície da terra e, em seguida, possibilita a aproximação em direção ao pensamento que considera o espaço em seus conteúdos sociais como uma das produções humanas que permitem a concretização da vida.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. 2011: p. 18.

O espaço como elemento para concretização da vida é não apenas onde se desenrola a trama humana (no sentido de um palco), mas também é o produto da relação dialética entre a atividade humana e o próprio espaço.

Para Milton Santos, “*O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares*”. (SANTOS. 1979 p.122). Assim, a ideia de um espaço homogêneo, como de uma cidade homogênea, se desfaz a partir de suas contradições.

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total.

(SANTOS, 1978, p. 171).

---

<sup>4</sup> LACOSTE, Yves. *Paysages politiques*, Paris, Biblio Essais, 1990, p. 35.

Para Milton Santos, o espaço precisa ser considerado como totalidade: conjunto de relações realizadas através de funções e formas apresentadas historicamente por processos tanto do passado como do presente. O espaço como resultado e condição dos processos sociais tornou-se elaboração amplamente difundida na geografia dos anos 1970-80 em países como a França, EUA e Brasil, pois era compreendido como uma categoria fundamental quando predominava a utilização de princípios do materialismo histórico e dialético.

Desse modo, o espaço, além de instância social, que tende a reproduzir-se, tem uma estrutura que corresponde à organização feita pelo homem. É também uma instância subordinada à lei da totalidade, que dispõe de certa autonomia, manifestando-se por meio de leis próprias. Assim, o espaço organizado é também uma forma resultante da interação de diferentes variáveis. O espaço social corresponde ao espaço humano, lugar de vida e trabalho: morada do homem, sem definições fixas. O espaço geográfico é organizado pelo homem vivendo em sociedade e, cada sociedade, historicamente, produz seu espaço como lugar de sua própria reprodução.

Assim, o espaço não é autoexplicativo. A interpretação e a compreensão dos múltiplos aspectos da realidade espacial são parte essencial dos fundamentos filosóficos da geografia. Tanto a sua realidade material (objetiva) como a sua representação (subjetiva) precisam ser interpretadas com base em conceitos e elementos que permitam compreender o movimento da matéria, que é permanente, e das relações que ali se estabelecem. Dito de outra forma, não há um espaço imutável que possa ser analisado e descrito a partir de supostas características inerentes a uma condição metafísica.

O espaço é o produto do movimento permanente da matéria, assim como as relações humanas se modificam de forma permanente e, portanto, só podem ser compreendidas a partir da interpretação do sentido e da causa desses movimentos.

Decerto, a ideia de que o espaço possa ser compreendido a partir da simples junção de características aparentemente objetivas extraídas em um determinado momento é ilusória e ineficaz. De modo que o conceito de *produção do espaço* se adéqua melhor à tese segundo a qual “*a sociedade em seu*

*processo constitutivo de humanização produz continuamente um espaço num movimento perpétuo, tornando-o imanente a sua própria existência.”* (CARLOS, 2009).

Para a compreensão do processo de produção do espaço é fundamental a análise das relações que se estabelecem entre as pessoas, permitindo a sua existência e da própria reprodução da vida, na medida em que é essencial, pela própria natureza das relações de produção, que se viabilize a existência em sociedade e, em última análise, da sobrevivência da espécie humana.

Na obra de Lefebvre, a problemática espacial está essencialmente vinculada à reprodução das relações sociais de produção que se desenvolve na utilização de um espaço social que se produz em escala mundial. A noção de reprodução torna possível aprender o momento a partir do qual o espaço a ser fundamental no pensamento do autor para esclarecer como determinado modo de produção, num determinado momento da história, realiza-se no espaço que aparece enquanto condição para a reprodução ampliada assegurada pelo Estado.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. 2011: p. 30.

Dessa forma, o Estado adquire uma relevância fundamental para a reprodução ampliada do capital e, não menos importante, para garantir as condições políticas e sociais, assegurando que o processo de reprodução do capital não seja ameaçado.

Assim, a intervenção estatal na produção do espaço leva o espaço a desempenhar um papel relevante no processo de reprodução da estrutura social e política de um determinado regime.

O papel do Estado no processo de reprodução do espaço está, de uma maneira geral, submetido aos interesses das classes dominantes, que se utilizam do seu poder econômico e ideológico para dirigir essa intervenção estatal.

Na França revolucionária do século XIX – não mais dos revolucionários jacobinos ou girondinos, mas dos operários –, ocorreu um processo ilustrativo: a expulsão das moradias populares do centro de Paris. A burguesia francesa, não

mais revolucionária, não pode conviver com a força pujante da classe operária francesa no centro de Paris. Era preciso barrar a democracia operária no seu seio, destarte, impondo um regime de força contra as classes dominadas.

Primeiro ato – O barão Haussmann, homem desse Estado bonapartista que se erige sobre a sociedade a fim de tratá-la cincicamente como despojo (e não apenas como arena) das lutas pelo poder, substitui as ruas tortuosas, mas vivas por longas avenidas, os bairros sórdidos, mas animados, por bairros aburguesados. Se ele abre boulevards, se arranja espaços vazios, não é pela beleza das perspectivas. É para “pentear” Paris com as metralhadoras (Benjamin Péret).

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 1969. p. 15.

Posteriormente, os comunardos reivindicam a volta para o centro e o seu direito à urbanidade da cidade. Direito esse que a burguesia francesa (conservadora e já detentora de plenos poderes de classe dominante) não apenas negou à classe operária, mas afogou-a em seu próprio sangue.

A burguesia preferia o vazio das largas avenidas a uma concentração operária no centro de Paris. Menos pelas avenidas do que pelo vazio.

Os vazios têm um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se desenrolar. Mais tarde efetuam-se transferências para outras finalidades que justificam de uma outra maneira os entalhes da vida urbana.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 1969. p. 16.

Com o tempo verificar-se-á que, na França particularmente, a democracia burguesa só poderá existir à medida que a classe operária tiver sido primeiramente esmagada, expulsa do coração de Paris, e, por fim, que tenha sua consciência, como classe, dissipada, tanto quanto sua própria consciência de direito à cidade (e a uma vida plena) se dissipe.

Afastado da cidade, o proletariado acabará de perder o sentido da obra. Afastado dos locais de produção, disponível para empresas esparsas a partir de um setor de habitat, o proletariado

deixará de esfumar em sua consciência a capacidade criadora. A consciência urbana vai se dissipar.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 1969. p. 17.

Assim, também na medida em que os setores intelectuais e estrategistas da burguesia (como Haussmann) percebem que um domínio efetivo do Estado – que é territorial pela sua própria natureza – só poderá existir quanto seja negado à classe operária o direito à urbanidade, às cidades – em especial aquelas se tornam o centro político do Estado. As relações de classe então atingem uma renovada importância, como num “jogo de xadrez” em que somente um dos jogadores consegue visualizar o tabuleiro e a disposição das peças.

Esse urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primeiro da técnica) não hesitará em arrasar o que resta da cidade para dar lugar aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes. Os modelos elaborados só podem entrar para a prática apagando a existência social e as próprias ruínas daquilo que foi a cidade.

LEFEBVRE, H. O direito à cidade. 1969. p. 24.

Assim, sob as aparências mistificadoras da ciência e da técnica urbanista e geográfica, se impõe um verdadeiro estratagema dos Estados que precisam, para permitir a reprodução do capital (na sua forma clássica como mercadoria e na forma mercadoria enquanto espaço urbano), exercer um efetivo controle social e político sobre as cidades.

Os conhecimentos geográficos sempre foram, e continuam a ser, um saber estratégico, um instrumento de poder intimamente ligado a práticas estatais e militares. O fato de que essa geopolítica estatal não seja pública, de uma maneira geral, não significa que não tenha que ser analisada por aqueles que pretendem compreender e mudar o mundo.

[...] Lacoste reitera insistentemente uma advertência: temos que assumir aquilo que sempre exorcizamos, isto é, nossa função de estrategistas, de saber pensar o espaço para nele agir de forma mais eficiente. Superar o viés ideológico da geografia, nesses

termos, nada mais seria do que encetar uma “geopolítica dos dominados”, um saber pensar o espaço na perspectiva de uma resistência popular contra a dominação.

VESENTINI, J. W. *Prefácio do livro: A geografia – isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 2012.

A crítica do saber geográfico e da geopolítica aplicada pelos Estados não são relevantes apenas pela discussão acadêmica, mas pela importância de revelar a ação estatal e como ela interfere no cotidiano, nas suas relações sociais e políticas.

A geografia serviu e serve, em primeiro lugar, como afirma Yves Lacoste, para fazer a guerra. Mas a geografia serve não apenas para as guerras travadas no campo de batalha com armas convencionais, como armas brancas e de fogo, mas também para as “guerras silenciosas”, travadas no domínio territorial rural e urbano. Essa guerra permite às classes dirigentes conduzirem, à medida que se pode controlar as contradições de todo processo, perpetuar o seu domínio espacial, econômico e político.

Se a geografia serve, em princípio, para fazer a guerra e para exercer o poder, ela não serve só para isso: suas funções ideológicas e políticas, pareçam ou não, são consideráveis: é no contexto da expansão do pangermanismo [...] que Friedrich Ratzel (1844-1904) realizou a obra, que ainda hoje, influencia consideravelmente a geografia humana; sua antropogeografia está estreitamente ligada à sua geografia política.

LACOSTE, Y. *A geografia - isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra*. 2012. p. 24.

Depois, retomando conceitos ratzelianos, tal como a *lebensraum* (espaço vital) e os dos geógrafos americanos e britânicos (como Mackinder), o general geógrafo Karl Haushofer (1869-1946) dá um impulso considerável à geopolítica. Suas ideias exercem forte influência sobre Adolf Hitler quando ele escreve *Mein Kampf*, na prisão em Munique. Depois, a geopolítica hitleriana se destaca como um exemplo traumático da função estratégica, política e ideológica que pode ter a geografia.

Muitos outros pensadores e conselheiros de chefes de Estado “beberam na fonte da geografia”. Mas isso não é exatamente algo recente. A geografia é uma forma de conhecimento tão antiga quanto a busca do homem por conhecer o espaço em que vive, de conhecer novos lugares, pessoas e recursos. Os geógrafos árabes da idade média são exemplos dessa busca. O que seriam chamadas “grandes descobertas” europeias sem a geografia?

Além dessas geografias que tiveram um papel fundamental ao longo da história antiga, medieval e moderna, a geografia como uma ciência acadêmica é de um período mais recente: do século XIX, em especial com o geógrafo e naturalista nascido na Prússia (região da atual Alemanha) Alexander Von Humboldt.

A geografia como instrumento dos chefes de Estado, para aumentar e expandir o seu domínio, teve um papel fundamental em diversos impérios do mundo antigo, tal como o romano e o persa. No mundo moderno e contemporâneo, a geografia manteve a sua importância analisando novos fenômenos e novas dinâmicas espaciais e sociais.

A geografia dos oficiais decidindo com o auxílio das cartas a sua tática e a sua estratégia, à geografia dos dirigentes do aparelho do Estado, estruturando o seu espaço em províncias, departamentos, distritos, à geografia dos exploradores (oficiais, frequentemente) que preparam a conquista colonial e a “valorização” se anexou a geografia dos estados-maiores, das grandes firmas e dos grandes bancos que decidem sobre a localização dos seus investimentos em plano regional, nacional e internacional.

LACOSTE, Y. A geografia - isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. 2012. p. 26.

A geografia serve não apenas como um instrumento de guerra contra outros aparelhos de Estado, como para a luta interna contra aqueles que se colocam em causa do poder, ou querem dele se apossar e organizar o espaço de maneira a ali pode agir de modo mais eficaz possível.

É preciso perceber que o *aménagement* do território não tem como único objetivo o de maximizar o lucro, mas também o de organizar estrategicamente o espaço econômico, social e político, de tal forma que o aparelho do Estado possa estar em condições de abafar os movimentos populares. Se isso é bem pouco nítido nos países há muito industrializados, os planos de organização do espaço são manifestamente bastante influenciados pelas preocupações policiais e militares nos Estados em que a industrialização é um fenômeno recente e rápido.

LACOSTE, Y. A geografia - isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. 2012. p. 30.

A geopolítica dos Estados em países capitalistas atrasados e com uma economia contraditória, como é o caso do Brasil e muitos outros países da América Latina, é direcionada em grande medida para o controle dos movimentos internos que possam desestabilizar o domínio político de suas elites.

O fato de que a economia combine elementos modernos ligados à indústria do grande capital estrangeiro e elementos arcaicos, como o latifúndio e o trabalho semiescravo, torna a estrutura social do país desequilibrada. A burguesia efetivamente nacional se encontra comprimida entre a força do imperialismo e as forças populares. Sendo esta última muito mais numerosa e poderosa. Assim, o controle social e espacial do território nacional, em especial dos centros políticos, não pretende apenas assegurar sobrevivência do regime, mas ampliar seu domínio sobre as classes subalternas.

Esse controle, para ser efetivamente compreendido, precisa ser analisado quanto ao espaço e também quanto à sua temporalidade.

[...] Lefebvre, por meio do método progressivo-regressivo, descobre sua gênese e fundamento. Nesse sentido, descobre sua história do espaço. Mas não é do espaço como realidade e conceito que Lefebvre vai tratar, e sim da produção do espaço, uma vez que através do debate em torno da noção de produção é possível aprender o momento a partir do qual o espaço passa

a ser fundamental para a reprodução de determinado modo de produção.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. 2011: p. 32.

O homem, como tudo que existe no mundo material, só pode existir num determinado tempo e espaço. Portanto, a compreensão da realidade social necessita estabelecer uma relação entre essas duas categorias que se relacionam.

*“O espaço é um produto da história. Um ato de sujeitos. Sua matéria-prima é a relação homem-meio”* (MOREIRA, 2012, p. 30). Assim, a partir do conceito de reprodução social do espaço, este é o produto do intercâmbio do homem com a natureza e, nessa relação, aquele extrai as suas condições de sobrevivência desta. Ao mudar a natureza, o homem ao mesmo tempo muda a si mesmo. Assim, a noção de espaço perde um caráter meramente físico ou material, para ganhar uma dimensão humana.

Apesar de nos remeter a uma geografia dos Estados maiores, em grande medida restrita aos membros do seletí grupo das classes dominantes, esta geografia deve ser desvendada para que possa se formular uma outra geografia, a favor da aspiração dos movimentos populares. A sua guerra de classe dominante é acima de tudo contra o seu povo.

Quanto mais esses responsáveis políticos, esses sindicalistas desempenham um papel importante juntos às massas explicando-lhes as origens históricas de uma situação, analisando as contradições de uma formação social, tanto mais eles negligenciam o saber estratégico que é a geografia, da qual eles deixam o monopólio para uma minoria dirigente, que ela sim, sabe se servir, para manobrar eficazmente.

LACOSTE, Y. A geografia - isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra. 2012. p. 40.

Assim, a geografia pode fornecer uma compreensão única para o desenvolvimento histórico-espacial do meio físico-humano e, assim, a busca por um caminho para os movimentos sociais e populares que procuram “tomar nas mãos” os seus direitos sociais, políticos e econômicos, o que deve levar

necessariamente a uma apropriação do espaço, tanto no campo quanto nas cidades.

## 2 – O Rio de Janeiro como cidade hostil

O Rio de Janeiro foi a capital do Brasil entre os anos 1763 até 1960. Famosa, a “cidade maravilhosa” – expressão eternizada pela marchinha de carnaval de André Filho (1906-1974) – também é reconhecida como “cidade de contrastes”. A cidade carioca<sup>5</sup> é marcada pela beleza natural que “se choca” com o concreto da civilização. As famosas praias, os morros como o Corcovado e o Pão de Açúcar, a Pedra da Gávea (uma montanha monolítica) na Floresta da Tijuca “disputam” a paisagem com os prédios, o asfalto, a poluição urbana – a paisagem humana. Os prédios e a vida no “asfalto”, por sua vez, contrastam com os morros ocupados e transformados em moradia. O Cristo Redentor, do alto do Corcovado, parece tentar apaziguar o conflito.

A região que ocupa atualmente a cidade do Rio de Janeiro foi “descoberta” no dia 1º de janeiro de 1502 por uma expedição portuguesa que acreditou ter chegado à desembocadura de um grande rio, assim, batizou a baía com o nome de Rio de Janeiro. Contudo, foram os franceses que primeiro se estabeleceram na região, competindo com os portugueses no comércio madeireiro. Após anos de luta, os franceses foram expulsos e os lusitanos assumiram a primazia sobre a região, e, como resposta às intenções francesas, no dia 1º de março de 1565, Estácio de Sá funda a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro.

A urbe original possuía ruas irregulares em estilo português medieval. Devido à sua posição estratégica, banhada pela Baía de Guanabara, desenvolve-se ali uma zona portuária e comercial (madeira, pesca e cana-de-açúcar). Inevitavelmente, desta forma, a população também aumenta.

Em 1660, a população daquela cidade contava com 6000 índios, 750 portugueses e 100 negros.<sup>6</sup> Naquele ano, a Revolta da Cachaça levou a cidade a ser controlada, durante meses, por rebeldes que protestavam contra novos tributos, criados sobre a cachaça e da carne verde, pelo governo de Salvador Correia de Sá e Benevides.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> Gentílico derivado de uma aldeia tupinambá existente quando os portugueses e franceses disputavam o domínio do povoado.

<sup>6</sup> DELGADO DE CARVALHO, Carlos. História da cidade do Rio de Janeiro. 1990.

<sup>7</sup> AQUINO, Rubin. As revoltas populares do século XVII ao XX. 2004.

No fim do século XVII e início do século XVIII, a descoberta de metais, especialmente ouro, em Minas Gerais, fez com que o Rio de Janeiro se transformasse numa “ponte” entre as minas e a Europa.

Em 1732, o governador da Capitania do Rio de Janeiro (1725-1732) – conhecido como “onça”, por sua rigidez – foi deposto numa conspiração das elites locais, devido à tentativa de controlar a sonegação do quinto para Coroa a partir de grupos envolvidos na fundição do ouro.<sup>8</sup>

Em 1789, as ideias revolucionárias francesas atravessaram o oceano Atlântico e tiveram repercussão na Inconfidência Mineira do mesmo ano. Engana-se quem pensa que o Rio de Janeiro também não foi influenciado pelos ideais revolucionários. No mesmo momento em que são presos os conspiradores mineiros, é fechada a Sociedade Literária do Rio de Janeiro, lugar onde ocorriam diversas discussões políticas sobre as questões do Século das Luzes, da Revolução Francesa. Lá, inclusive, Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, esteve no mesmo ano da Inconfidência e onde também se conspirou no que foi a denominada de Conjuração Fluminense.<sup>9</sup>

No final do século XVIII, a cidade foi abalada por uma crise econômica. As minas já não produziam tanto e havia outros países sul-americanos que competiam com o Brasil na produção de cana-de-açúcar. Contudo, o cultivo do café, a chegada da família real, em 1808, e o consequente translado da sede do governo português para a colônia deram um novo alento à economia da cidade. Nesta época, a realeza construiu igrejas e palácios.

Na segunda metade do século XIX, a instalação de vias férreas trouxe um novo impulso à produção agrícola e do café. Começavam a aparecer as primeiras indústrias no centro da cidade, instalava-se a iluminação a gás e o transportes com tração animal intensificava-se.

No Rio de Janeiro, do dia 12 para o dia 13 de Março de 1831, eclodiu a chamada Noite das Garrafadas. Na ocasião, o Imperador Dom Pedro I, no retorno de uma viagem a Minas Gerais, depara-se com um confronto entre seus

---

<sup>8</sup> AQUINO, Rubin. As revoltas populares do século XVII ao XX. 2004.

<sup>9</sup> IDEM.

partidários e membros do Partido Brasileiro. A partir desse dia, o movimento liberal oposicionista se fortaleceu e, incapaz de ocultar sua fraqueza política diante de manifestações populares, o Imperador foi cercado pelas tropas e abdica no dia 7 de abril, viajando para Portugal.

A destituição de D. Pedro I leva a um dos períodos de maior instabilidade no Império que é o período regencial. No Rio, a disputa entre os chamados restauradores, moderados e exaltados, leva a um ambiente de constantes tentativas de golpe e revoltas, como a de 1832, que resultou na prisão dos rebeldes, entre eles, José Bonifácio de Andrada Silva.

Durante e após a Guerra do Paraguai (1865-1870), surgiram novos grupos abolicionistas na cidade, que passou a apoiar essa antiga e crucial causa. A luta popular contra a escravidão, no entanto, que costuma a ser ignorada ou relegada a plano secundário, existe, de forma permanente e silenciosa desde o início da escravidão africana no Brasil.

O engajamento compulsório de escravos nas tropas federais na guerra foi acompanhado pela promessa de liberdade após o término do conflito (somente para aqueles que sobreviveram, obviamente). A promessa oportunista fazia sentido, à medida que os escravos teriam acesso a armas no campo de batalha, o que seria temerário em uma situação normal para os seus algozes.

Multiplicaram-se clubes, sociedades e inúmeras entidades abolicionistas. Reuniam-se brancos, negros e mulatos, jornalistas, engenheiros, advogados, militares, artistas, médicos, escritores, funcionários públicos. Organizaram-se manifestações públicas nas quais revezavam diversos oradores pró-abolição

AQUINO, Rubin. As revoltas populares do século XVII ao XX.  
2004.

Depois da aprovação de diversas leis paliativas como a Lei do Ventre Livre, a Lei do Sexagenários, em 1888 é aprovada a Lei Áurea.

Antes disso, em 1879, o aumento do preço do bonde leva a uma rebelião. Bondes são virados, arrancados trilhos, inclusive registram-se mortes de alguns burros de carga das conduções. A repressão leva a muitas prisões e inclusive

mortes de manifestantes, de modo que o Imperador D. Pedro II acabou sendo obrigado a ceder e revogou o aumento da passagem.

A cidade havia crescido bastante. No final do século XIX, contava com 800 mil habitantes e os problemas sanitários, de emprego, habitacionais e as constantes epidemias (varíola, tuberculose e febre amarela) castigavam a vida urbana na então capital do Brasil.

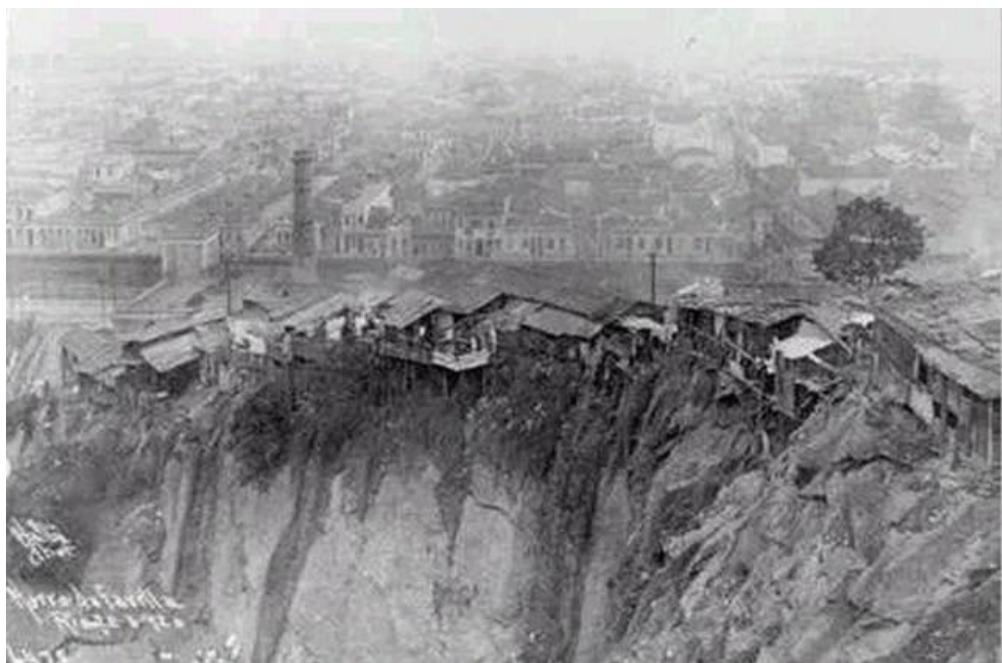
É nesse período que ocorrem crises e transformações importantes para o espaço urbano carioca: surge a primeira favela. O termo favela inicialmente referia-se, no século XIX, a uma árvore muito comum na Bahia. O governo havia prometido aos soldados do Rio de Janeiro que estavam na Guerra de Canudos (1895–1896) entregar-lhes residências caso saíssem vitoriosos do conflito. Ao retornarem em 1897 e verem a promessa não ser cumprida, os soldados se apropriaram da região de um morro que passou, a partir de então, a ser chamado de Morro da Providência, em referência à providência tomada pelos soldados. Depois de renomearem como “Morro da Favela”, em referência à árvore arbustiva nativa da localidade onde ocorreu a vitória contra os rebeldes de Canudos. Assim foi criada a primeira “favela” brasileira.

A intensificação desse tipo de moradia e da favela do Morro da Providência se deu no início do século XX, durante a gestão do prefeito Francisco Pereira Passos. Em sua gestão, Pereira Passos colocou em prática a política higienista, denominada de “regeneração”, e que teria o intuito de modernizar a capital. Apesar do discurso oficial, as camadas populares nomearam o projeto como “Bota Abaixo”, porquanto este processo de higienização tenha sido responsável pela demolição de centenas de prédios de sobrados nas ruas centrais da cidade para dar lugar à abertura da sua principal via de tráfego: a avenida Central (atual avenida Rio Branco). Aqui houve uma clara tentativa no sentido de expulsar a população pobre do centro e da vida urbana carioca. Assim como Haussmann fez em Paris, Pereira Passos tentou tornar o Rio de Janeiro uma cidade “segura” para as elites, ao eliminar a concentração operária e popular do centro, ocupando-o pelo “vazio” programado das grandes avenidas.

O início das campanhas de vacinas obrigatórias em 1904, lideradas pelo sanitarista Oswaldo Cruz, levam a uma revolta diante do ambiente já conturbado

com as remoções. Uma parte da população não aceita a campanha promovida pelo governo, militares planejam a derrubada do governo e tudo acaba numa repressão generalizada, com centenas de prisões, mortes e “deportações” para o Acre.

A população pobre que morava em velhos casarões, deslocada à força, se fixou nos morros próximos, criando as outras favelas e aumentando o contingente populacional do Morro da Favela. O nome favela estendeu-se a outros morros e, na década de 1920, as ocupações de colinas com barracos e casebres também passaram a ser conhecidas como favelas.



A primeira favela do Brasil, o Morro da Favela (hoje, Morro da Providência), Rio de Janeiro.

Esses eventos são bem significativos, porque marcaram a tentativa do Estado em segregar e controlar o acesso das camadas populares ao uso e à vida urbana carioca. A proibição de atividades como a capoeira, inclusive, demonstravam a tentativa de uma “limpeza social” na cidade, que acabou não alcançando o êxito esperado. A existência dos morros permitiu um refúgio na construção paulatina de moradias, mesmo que precárias, para aqueles que estavam sendo expulsos dos centros urbanos.

A cidade do Rio de Janeiro foi o “cenário” e ao mesmo tempo agente de uma grande quantidade de revoltas no século XX, as quais ocorreram ali justamente pela sua própria configuração espacial, social e política.

Em 1910 ocorreu a Revolta da Chibata.

Em 1922 o levante do Forte de Copacabana (o ano também foi marcado pela fundação do Partido Comunista Brasileiro, em Niterói, capital do estado fluminense, e pela ocorrência da Semana da Arte Moderna, em São Paulo). O levante militar de 1935, chamado pelo governo de Intentona Comunista, teve o Rio como um dos principais pontos de apoio.

Em 1930, na ocasião da crise que levou à Revolução de 30, Getúlio Vargas recebeu como apoio uma grande manifestação no Rio de Janeiro por aqueles setores populares e da elite fluminense que queriam se livrar da República do Café com Leite e dos latifundiários agroexportadores que controlavam o governo.

O Movimento Tenentista, existente nas forças militares e que teve como um dos seus líderes Luís Carlos Prestes, apoiou Getúlio Vargas por considerar que somente o rompimento com regime anterior poderia fazer o Brasil se desenvolver, se industrializar.

Assim, Vargas assumindo o país num golpe contra a República Velha, encontrou no Rio de Janeiro uma enorme “caixa de ressonância” para o seu governo. Vargas precisava aglutinar forças para enfrentar setores importantes da elite agrária brasileira, em especial os cafeicultores de São Paulo. Esse setor que dominou o Estado brasileiro durante a República Velha possuía uma correspondência à sua política semicolonial nos Estados Unidos da América.

Depois de ter Portugal como metrópole e Inglaterra como potência industrial dominante, a elite agrária brasileira obteve o “apoio” na burguesia industrial e financeira norte-americana. Os Estados Unidos eram os maiores compradores do café brasileiro. E o Brasil, por sua vez, continuaria dependente dos produtos industrializados e inclusive agrícolas (como o trigo) estadunidense. As relações se mantinham semelhantes às dos séculos no pacto colonial entre Portugal e Brasil. Com a diferença de que, quando colônia, o Brasil foi proibido

de instalar atividades manufatureiras ou industriais, e na República Velha havia um acordo implícito.

O grande “crash” na bolsa de valores em Nova York em 1929 modificou essa relação. O Brasil passou a estocar café por falta de compradores e Vargas aproveitou a ocasião para tomar o poder central na Guanabara. Vários setores das oligarquias nordestinas e sulistas que se viam “escanteadas” pela República Velha concederam suporte político ao movimento.

O governo provisório passou a operar um processo no sentido de modernizar a burocracia estatal, criando ministérios e nomeando interventores federais.

A chamada “Revolução Constitucionalista” de 1932 foi a tentativa – fracassada – da oligarquia cafeicultora paulista de retomar o controle do Estado brasileiro. Vargas teve a habilidade de reunir uma série de setores descontentes para sustentar um governo que promovesse mudanças no sentido do Brasil se industrializar e adquirir maior autonomia político-econômica.

Para atender parte da demanda dos derrotados, Vargas continuou com a Política de Valorização do Café (PVC), criou o Conselho Nacional do Café e o Instituto do Cacau, atendendo assim a algumas das reivindicações das oligarquias cafeeiras e cacaueiras.

Durante os 15 anos de governo ininterrupto (1930-1945), Vargas adotou uma série de medidas para fortalecer o seu governo e representar aqueles que queriam um Estado brasileiro moderno, com maior peso para promover o desenvolvimento industrial que poderia levar o país a se tornar uma grande potência econômica. E, assim, se libertando das “amarras” da dependência econômica que marcavam a história brasileira desde o período colonial.

Em relação à crescente classe operária, a aprovação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), em 1941, e a criação de sindicatos (mesmo que controlados pela burocracia estatal) fizeram o governo ganhar o apoio massivo nas metrópoles, em especial na própria sede do poder, o Rio de Janeiro.

Depois um período de posicionamento dúvida com relação a quem apoiar na conjuntura internacional – pendendo inicialmente para o Eixo, formado pela

Alemanha, Itália e Japão – Vargas entra na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ao lado dos Aliados. Isso fez com que ele conseguisse alguns acordos favoráveis com os Estados Unidos. Com recursos norte-americanos, em contrapartida a esse apoio, foi possível a construção da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) em Volta Redonda, passo fundamental para desenvolver a indústria brasileira,

À medida que o Brasil faz parte do teatro de guerra, o convívio dos generais brasileiros com seus pares norte-americanos “coincide” com uma mudança paulatina que se opera nas Forças Armadas brasileiras. A semente da conspiração é lançada no sentido de pressionar Getúlio Vargas a deixar o poder. Isso efetivamente ocorre e Vargas abandona a cadeira presidencial em outubro 1945, só reocupando-a em 1950 – dessa vez eleito pelas urnas.

No entanto, neste mandato, Vargas, à medida que percebeu o ambiente cada vez mais hostil criado por setores das oligarquias, da imprensa e, sobretudo dos militares, passou a tomar medidas para fortalecer sua base social de apoio. A criação de estatais como a Eletrobrás, a Petrobrás, a instituição do BNDE (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico) foram medidas neste sentido.

Um reajuste do salário mínimo, em 100%, ocasionou, em fevereiro de 1954, um protesto público, em forma de manifesto à nação, dos militares, (um dos quais foi Golbery do Couto e Silva), contra o governo, seguido da demissão do ministro do trabalho João Goulart. É lançado o Manifesto dos Coronéis, também dito Memorial dos Coronéis, assinado por 79 militares que, na sua grande maioria, era constituída por ex-tenentes de 1930. Este documento consubstanciou uma redução do apoio ao governo Getúlio na área militar. Concomitantemente, o presidente perdia base na área trabalhista, por conta da demissão de seu ministro João Goulart.

A crise ganhou novos contornos com a campanha diária realizada pelos jornais do império das comunicações de Assis Chateaubriand, e pelo jornalista oposicionista e grande orador (e líder da UDN) Carlos Lacerda, assim como do já então influente jornal do carioca Roberto Marinho: “O Globo”. A imprensa – com exceção do jornal Última Hora, de Samuel Wainer – acusava, sistematicamente, o governo Vargas de corrupto e ineficiente. Também

reverberava um clamor de setores empresariais contra medidas populares e protecionistas, como o aumento do salário mínimo a criação da lei de trustes, a qual dificultava o domínio de multinacionais da economia.

O atentado na Rua Toneleros mata o major Rubens Florentino Vaz, da Força Aérea Brasileira, e fere, no pé, Carlos Lacerda, elevando a temperatura das tensões políticas a níveis incontroláveis. Vários generais das Forças Armadas anunciam que irão depor Vargas, caso este não renuncie. O presidente, por sua vez, afirma que só sairá do Palácio do Catete morto. Reunido com ministros, políticos, chefes das Forças Armadas e com sua filha Alzira, Vargas busca uma saída para crise, sem que com isso tenha que se render à ameaça de golpe. Há uma série de articulações para tentar contornar a situação, no entanto, a informação decisiva é a de que as Forças Armadas estavam seriamente imbuídas no propósito de derrubá-lo.

O Manifesto dos Generais, de 22 de agosto de 1954, pede a renúncia de Getúlio. Assinado por 19 generais de Exército, entre eles, Castelo Branco, Juarez Távora e Henrique Lott, dizia: "*Os abaixo-assinados, oficiais generais do Exército...solidarizando com o pensamento dos camaradas da Aeronáutica e da Marinha, declararam julgar, como melhor caminho para tranquilizar o povo e manter unidas as forças armadas, a renúncia do atual presidente da República, processando sua substituição de acordo com os preceitos constitucionais*".

O general Zenóbio da Costa, em companhia do marechal Mascarenhas de Moraes e do general Odylio Denys, chegou à sede do governo nos primeiros minutos da terça-feira do dia 24 de Agosto. O ministro da Guerra, primeiramente, conferenciou com o chefe da Casa Militar, general Caiado de Castro, e, a seguir, os três oficiais do Exército foram recebidos pelo presidente Getúlio Vargas, que estava acompanhado do ministro da Fazenda, Osvaldo Aranha, convocado um pouco antes e chegado em companhia de dois filhos.

Zenóbio (aliado de Vargas) deu ciência da gravidade da situação, "que já não podia ser debelada por parte das Forças Armadas do Exército, contra as quais já se encontravam os chefes militares de mar e ar e certo número dos de terra". No Exército, embora sob a ação forte do general Zenóbio, os oficiais de

postos menos elevados estavam agitados. Não se poderia contar com boa parte deles.

Depois, o presidente concedeu a palavra ao marechal Mascarenhas de Moraes, que informou ter se reunido, na tarde anterior, com os três chefes de estado-maior, e que assim podia fazer o seguinte quadro fiel da situação das três Forças Armadas: A Aeronáutica estava reunida, sob a orientação do brigadeiro Eduardo Gomes, e sugeriu a renúncia presidencial. A Marinha também estava unida com o ministro ligado aos seus almirantes, que desejavam a renúncia presidencial.

RIBEIRO, Antônio Sérgio Ribeiro, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 2014.

Estava clara a iminência de um golpe militar. Segundo os relatos da reunião, Vargas não cogitou mobilizar o povo para defender o governo nas ruas e assim inibir a ação militar.

Dante das vacilações dos seus ministros e dos incidentes que estavam tumultuando aquele conselho, o presidente Getúlio Vargas, desassombradamente, tomou a palavra e encerrou definitivamente os debates nos seguintes termos: "Não me interessam a minha segurança e a de minha família, e sim a situação do país. Já que o ministério não chegou a uma conclusão, eu vou decidir. Determino que os ministros militares mantenham a ordem pública. Se a ordem for mantida, entrarei com um pedido de licença. Em caso contrário, os revoltosos encontrarão aqui o meu cadáver".

RIBEIRO, Antônio Sérgio Ribeiro, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 2014.

Ironicamente, o suicídio de Vargas com um tiro no peito soou como um chamado para o povo que apoiava o governo e não tinha se deixado levar pela campanha diária dos jornais golpistas.

A carta-testamento de Vargas<sup>10</sup> é uma peça de agitação e um valoroso registro do conflito:

"Mais uma vez, as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. [...] A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculizada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. Não querem que o povo seja independente. [...]

A repercussão do ato trágico do presidente e a divulgação da carta-testamento, lida e exposta pelas rádios e jornais (mesmo que a contragosto dos seus donos), levou a uma onda de comoção popular nas grandes cidades.

Desde a divulgação da notícia da morte do presidente Getúlio Vargas, centenas de milhares de pessoas acorreram para o Palácio do Catete. O grande caixão negro, não podendo ser carregado em virtude do grande número de pessoas, desceu pelas mãos dos presentes que se acotovelavam nos degraus, passando sobre a cabeça de todos até chegar ao salão, onde foi colocado na eça. Quando descia o esquife, alguém tentou se agarrar a um grande lustre que iluminava a escadaria. Não aguentando o peso do pretenso Tarzan tupiniquim, veio a cair sobre várias pessoas, ferindo-as.

RIBEIRO, Antônio Sérgio Ribeiro, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 2014.

---

<sup>10</sup> Há uma controvérsia a respeito da carta-testamento. Há a versão de que Getúlio havia feito um esboço dela e que havia sido escrita posteriormente por um assessor.

Aglomerações foram se formando, populares iniciavam depredações, chegando a colocar fogo em perucas do jornal "O Globo". Ameaçaram o prédio da embaixada dos Estados Unidos, que só não foi invadida pela pronta ação de tropas do Exército.

Assim, as tropas, que o general Zenóbio dizia não poder contar, apareceram quase que por milagre. Entre 12 mil a 20 mil soldados foram destacados para proteger a cidade e garantir a ordem pública.

Em São Paulo, a população seguiu em passeata com retratos do presidente morto em direção ao prédio da Assembleia Legislativa do Estado, no Parque D. Pedro, onde a polícia, atônita com a multidão, reagiu com tiros e com bomba de gás lacrimogêneo; diversas pessoas saíram feridas. O pior ocorreu em Porto Alegre, onde a população da capital gaúcha invadiu e incendiou diversos prédios, como a "rádio Farroupilha" e o jornal "Diário de Notícias", ambos dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, que também tinha feito uma dura campanha contra Getúlio Vargas. A redação do jornal "Estado do Rio Grande do Sul", órgão do Partido Libertador, de oposição ao governo, também não escapou da fúria da população, bem como o Consulado dos Estados Unidos e uma boate chamada "América"

RIBEIRO, Antônio Sérgio Ribeiro, Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 2014.

O dia após a morte de Vargas ficou marcado na memória dos generais golpistas. Não apenas pela mobilização popular ter colocado "em xeque" o plano dos golpistas em assumir imediatamente o governo, como também por revelar, na prática, que o Rio de Janeiro era uma cidade que apresentaria sérios riscos para a estabilidade da sede de um governo golpista.

### 3 – Brasília - entre a utopia e o golpe

*Ninguém melhor do que você, sábio Kublai, sabe que não se deve confundir a cidade com o discurso que a descreve. E, no entanto, entre a cidade e o discurso, há uma relação.*

*Ítalo Calvino. As cidades invisíveis.*

O suicídio de Getúlio Vargas, seguido de uma grande revolta nas metrópoles brasileiras e ao autoexílio de conspiradores públicos do golpe de Estado fracassado, como Carlos Lacerda (que se tornaria governador do estado da Guanabara de 1960 a 1965), expôs uma grande divisão das forças políticas na condução do Estado brasileiro.

Em sua carta-testamento, Vargas escreve: “*Saio da vida, para entrar para história*”. É certo que ele entrou para a história, mas seu nome continuou sendo um elemento de instabilidade para a combalida democracia brasileira. Ironicamente, a iminente tentativa de golpe nos idos de agosto de 1954 foi derrotada, ao menos parcialmente, pela autoimolação do presidente, o que provocou uma reviravolta não cogitada: a mobilização popular. Contudo ainda é difícil saber o que Vargas realmente esperava ao retirar a própria vida.

Após a tomada espontânea das ruas, um setor expressivo dos generais considerava que, caso as eleições ocorressem em 1955, como era previsto pela Constituição de 1946, os resultados estariam eivados da influência do ambiente conturbado e polarizado no ano de 1954 e, portanto, não poderiam expressar de maneira plena a vontade popular. Na verdade, se tratava justamente do oposto. Como, ficou demonstrado que um eventual golpe não teria respaldo popular, ao menos nos centros urbanos populares, a própria eleição ficaria assim marcada pela polarização e, portanto, desfavorável para uma tentativa de legitimar o programa antinacional dos golpistas.

O processo eleitoral foi marcado por diversas conspirações e acordos para impedir a sua realização. Uma delas, foi a pressão nos bastidores sobre os líderes do Partido Social Democrático (PSD), para impedir que esta legenda lançasse o então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, como seu candidato a substituir Vargas no Palácio do Catete.

Meses após o suicídio de Getúlio, Juscelino Kubitschek se lançava candidato à presidência em um cenário totalmente incerto. Kubitschek conseguiu estabelecer uma importante aliança eleitoral com João Goulart do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O PSD era o partido com enorme influência nas oligarquias e no interior do país. Já o PTB foi uma das bases de sustentação do governo Vargas e, juntamente com o PCB, eram as forças políticas de ascendência sobre a classe operária organizada em sindicatos nos centros urbanos (ainda que os comunistas vivessem na semiclandestinidade). Goulart fora o ministro do trabalho de Vargas que aprovou o aumento de 100% do salário mínimo. Pela relação pessoal, pela mesma origem sulista em São Borja e principalmente pela defesa do programa nacionalista de Vargas, Goulart era considerado o principal herdeiro do varguismo.

A aliança de Kubitschek com Goulart foi vista com maus olhos pelos setores golpistas justamente por representar a entrada em cena do movimento operário urbano nas eleições. Como resposta a isso, foram feitas campanhas nos jornais denunciando supostos casos de corrupção no governo de Minas Gerais. Havia nos bastidores uma grande movimentação no sentido de impedir a posse de Kubitschek considerada uma eventual vitória.

Em um processo eleitoral conturbado, Kubitschek acabou vencendo o pleito numa votação relativamente apertada.

Eleição para presidente do Brasil em 1955		
Candidato	Votos	Porcentagem
Juscelino Kubitschek (PSD/PTB/PR/PTN/PST/PRT)	3.077.411	35,68%
Juarez Távora (UDN/PDC/PL/PSB)	2.610.462	30,27%
Adhemar de Barros (PSP)	2.222.725	25,77%
Plínio Salgado (PRP)	714.379	8,28%
Votos nominais		8.624.977
Votos brancos		161.852
Votos nulos		310.185
Votos apurados		9.097.014

<sup>11</sup> Fonte: Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral (página do IBGE).

Para que Kubitschek pudesse assumir, foi preciso um contragolpe liderado pelo general e ministro da Guerra, Henrique Teixeira Lott. As forças golpistas haviam preparado um golpe através do impedimento da posse de Kubitschek. O presidente Café Filho se afastou por ter sofrido um infarto. Carlos Luz, presidente da Câmara dos Deputados, estava alinhado aos golpistas da UDN, assim como Carlos Lacerda e mais alguns militares golpistas, em especial da Marinha e da Aeronáutica. Finalmente a situação se resolveu com as tropas nas ruas da capital federal comandadas por Lott, no intuito de permitir a destituição de Luz e a posse de Nereu Ramos (então presidente do Senado). Depois de mais alguns entreveros com as forças golpistas, Kubitschek toma posse em 31 de janeiro de 1956.<sup>12</sup>

A situação agitada em que Juscelino Kubitschek assumiu tornou o presidente uma espécie de “equilibrista”, trafegando entre as forças que disputavam o controle do Estado brasileiro.

Poucos presidentes brasileiros tomaram posse sob condições políticas tão pouco auspiciosas como Juscelino Kubitschek. Embora tivesse sido legalmente eleito, sua posse teve de ser garantida por um golpe ‘preventivo’. As divisões políticas deixadas pela queda de Vargas levaram à crise subsequente que se estendia entre os militares, onde uma minoria aparente de antigelistas era tida como amargurada pelo golpe do General Lott.

(SKIDMORE, 1979:203)

Em seu governo, Kubitschek ora cedeu para posições nacionalistas ligadas aos setores da burguesia nacional e industrial, e ora cedeu para as grandes empresas multinacionais, o governo norte-americano e militares de alta patente que se colocaram na mesma perspectiva. Situações semelhantes ocorreram em governos nacionalistas em países de desenvolvimento capitalista tardio, tal como a Argentina, Chile, México etc. A tentativa de impulsionar uma industrialização do país levou a um desenvolvimento econômico contraditório não só pela desigualdade espacial entre diferentes regiões no território nacional,

---

<sup>12</sup> Fonte: BOJUNGA, Cláudio. JK: o artista do impossível. 2001

como pela forte presença do capital estrangeiro na economia nacional, agravado pelo endividamento externo.

É justamente nesse contexto de crise e tentativas de golpe que é preciso entender a decisão de Kubitschek de incorporar no programa de governo a construção de Brasília.

Os planos para construção de Brasília viraram realidade no plano de governo de Juscelino Kubitschek já no decorrer de sua campanha eleitoral, na ocasião em que fazia campanha em Jataí, Goiás.

Para Kubitschek, a “capital da esperança” tornou-se a sua *meta-síntese* de um ousado *Plano de Metas* que estabelecia 31 objetivos a serem alcançados em seu governo. Tal denominação de *meta-síntese* se deveu ao fato de que a construção de Brasília demandaria um grande esforço macroeconômico do país e do governo através de investimentos na edificação da cidade, na criação e pavimentação de estradas e usinas hidrelétricas, implantação de indústrias etc., o que abriria caminho para o desenvolvimento econômico-social do interior do Brasil, particularmente da região Centro-Oeste.

Por várias razões, Kubitschek deu a Brasília prioridade máxima em seu programa. Em primeiro lugar, ele argumentava que a construção da capital daria origem tanto à integração nacional ('integração pela interiorização era um de seus slogans) como ao desenvolvimento regional, levando o mercado nacional às regiões da economia de subsistência. Em segundo lugar, ele sustentava que Brasília iria criar tanto um novo espaço nacional como uma nova política para o país, incorporando o interior à economia e sendo ao mesmo tempo o marco decisivo na trajetória temporal do país rumo à sua emergência como grande nação.

(HOLRSTON, 2010:25)

O projeto da capital no interior de fato mobilizou mentes e estrategistas do desenvolvimento nacional desde o século XIX. Um dos principais argumentos seria a “ocupação” do interior, reforçando assim o controle do Estado sobre o território nacional.

Ocorreu também a confluência de interesses que viram no projeto uma oportunidade de ampliar o desenvolvimento econômico nacional através da incorporação de novos espaços através de redes de transportes e do povoamento da região. A reprodução ampliada do espaço pelo capital englobaria toda uma nova região, a qual historicamente foi pouco utilizada como espaço de reprodução do capital e, antes disso, como objeto de exploração comercial do Brasil colonial, que se concentrou nas regiões litorâneas e áreas de exploração de metais preciosos.

Apesar da confluência de interesses, muitos criticaram o gasto desnecessário, ou ao menos não-prioritário, que levaria o país a aumentar exponencialmente a dívida interna e externa para realização das obras. Entretanto, o governo Kubitschek conseguiu levar a cabo tal empreitada com relativa facilidade, o que é espantoso ao se analisarem as condições políticas em que assumiu a presidência.

A facilidade política em levar adiante um feito de tal magnitude, sobretudo para um governo que se iniciou em uma situação de crise, levanta a hipótese de que a construção de Brasília se tornou o eixo de diversos interesses sociais e econômicos.

O projeto aprovado para construção de Brasília, do urbanista Lúcio Costa e com a participação importante do arquiteto Oscar Niemayer, foi de encontro ao anseio de muitos que gostariam de encontrar um caminho para o desenvolvimento nacional. Um caminho que procuraria reescrever a história nacional marcada pela escravidão.

Desde sempre foi apresenta-se nítida a incapacidade do Estado brasileiro em tratar de suas “fraturas expostas”, como a profunda desigualdade social existente após a abolição da escravatura em 1888. A Proclamação da República em 1889 e a nova Constituição em 1891 não visavam resolver essas grandes contradições.

A ausência de uma Revolução Burguesa no país condicionou a transformação dos antigos senhores rurais e aristocratas, modelando lentamente a situação de mercado do país de acordo

com as estruturas de subserviência econômica que não se buscava destruir, somente adaptar a nova realidade dos fatos.

(FERNANDES, 2006, p. 110).

A ideia de construir uma capital nova, baseada num urbanismo modernista, que previa uma relação democrática e igualitária com o espaço predominantemente público, contagiou mentes e corações com a perspectiva de um “novo começo” nas terras do planalto central.

O projeto de modernização conservadora é típico dos países onde a burguesia nascente não tem forças para romper com a classe de proprietários rurais, o que resulta num pacto político entre as duas classes. Esse pacto acaba por possibilitar a construção de uma sociedade capitalista, entretanto sem retirar as elites pré-industriais do centro do poder de comando do Estado.

(PIRES, 2009, p. 413-414).

Brasília também se tornou a “capital da esperança” e de uma utopia para os candangos que para lá foram construir a nova cidade, impulsionados pela busca por emprego, mas também contagiados pela ideia de reconstruir o país.

Entretanto, a visão utópica dos urbanistas modernistas em remodelar as relações sociais e espaciais, através de projetos inovadores e funcionais, esbarraram nas forças políticas e econômicas que participaram da mesma empreitada e influíram no desenvolvimento do projeto.

Apesar desta discussão não ser o principal objetivo do presente trabalho, a versão de que Kubitschek teria tomado a decisão de incluir a construção de Brasília no seu plano de governo na ocasião da visita a Goiás parece inverossímil. Tal proposta, que como ele mesmo diria, “seria o eixo central do seu plano de governo”, teria que ser o produto de um projeto de governo e de sociedade e não de uma improvisação surgida no calor do processo eleitoral. A menos que tal proposta tivesse sido incluída pela pressão da situação de crise. É difícil saber o que realmente levou Kubitschek a adotar a construção de

Brasília. E é perfeitamente possível que Kubitschek tivesse passado a acreditar e sonhar com um forte impulso para o desenvolvimento nacional a partir da construção de Brasília. Mas é fato que tal realização também era ansiada por diversos setores da sociedade civil e militar.

Antes do pleito presidencial, o principal candidato opositor de Kubitschek, o comandante da Escola Superior de Guerra Juarez Távora, havia endossado o projeto de construção de Brasília.

Num discurso em 1953, por exemplo, Juarez Távora endossava a ideia de construir uma nova capital no interior, que traria o governo federal em contato com as “realidades do Brasil interior” e, como consequência, libertar a ação nacional desse governo da pressão constante e poderosa de problemas que são mais locais que gerais”, Távora, “Escola Superior de Guerra, p. 113-114.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 1979, p.457

O pronunciamento favorável de Távora como comandante da Escola Superior de Guerra coloca de forma clara a movimentação de setores golpistas das forças armadas em favor da nova capital. O militar Juarez Távora possuía um vasto currículo golpista àquela altura. Havia participado do movimento que impôs a renúncia de Vargas em 1945, participou da conspiração pelo golpe em 1954 e que levou ao suicídio de Vargas. Também havia sido anteriormente um defensor da posição que ficou conhecida como entreguista em relação à exploração de petróleo no Brasil, tendo sido o principal líder dos que se opunham à criação da Petrobras.

O geógrafo José William Vesentini, em sua tese de doutorado, *A capital geopolítica; um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília*, apresenta um quadro das questões geopolíticas que envolveram a construção da nova capital. A partir da transcrição de artigos e livros de diversos especialistas em geopolítica ligados ao Exército, o autor revela a grande movimentação por parte dos militares e de governos anteriores a Kubitschek em prol do empreendimento.

*“De 1946 em diante a ideia de transferir a capital do Brasil para o interior passa a crescer e torna uma possibilidade bastante*

*viável. Após ter sido reavivada em 1946 a 48, essa questão prossegue com os trabalhos da Comissão presidida por Djalma Polli Coelho, nomeada pelo marechal Dutra. Este, ao receber o relatório dessa comissão, envia em 1948 uma mensagem ao Congresso Nacional propondo que seja aprovado uma lei que torne imperativa essa mudança. Depois de quase cinco anos de estudos, o congresso aprova em 1952, uma lei que manda realizar pesquisas definitivas, no Planalto Central, para a escolha de um sítio onde seja edificada a nova Capital. Com a sanção da lei, o presidente Getúlio Vargas designa uma nova comissão de localização da nova capital federal, presidida pelo general Aguiinaldo Caiado de Castro. Com o suicídio de Vargas, em 1954, João Café Filho convida o marechal José Pessoa Cavalcanti de Albuquerque para presidir essa comissão e dinamiza-la.”*

(VESENTINI, 1985:92)

As enormes contradições da sociedade brasileira encontraram grande ressonância na cidade do Rio de Janeiro em 1954. Após o suicídio de Vargas, a tensão política que tomou conta da capital deixou ainda mais clara para os setores golpistas a necessidade da transferência do centro do poder político nacional para um lugar longe daquela atmosfera. Tal questão ficou explícita em um artigo *A mudança da Capital e a redivisão territorial: dois magnos problemas geopolíticos contra os quais não se tem argumentos*, de João Batista Peixoto, publicado pela revista do Exército, A Defesa Nacional:

Há que considerar ainda que a excessiva concentração demográfica nos grandes centros urbanos é um instrumento de primeira ordem para provocar graves distúrbios sociais, resultante de desajustamentos individuais e coletivos, próprios das dificuldades e privações que as aglomerações causam. A desesperada agitação em que se vive atualmente no Rio de Janeiro vem reduzindo o índice psicossomático da população carioca e enfraquecendo cada vez mais os laços espirituais que mantém a união da família e da sociedade, de tal maneira que poderá afetar seriamente a organização social da nossa

metrópole se em tempo não houver uma verdadeira mobilização de esforços para evitar o agravamento da situação.

(PEIXOTO, 1955:4)

A defesa da construção de uma capital no interior feita por Peixoto se baseia na percepção de que o Rio de Janeiro era uma cidade “hostil” para a manutenção da “paz e da ordem” política e social no Brasil.

A avaliação de diversos generais e estrategistas das Forças Armadas que planejaram o golpe de 54 é a de que o Rio de Janeiro é uma cidade caótica, sujeita a diversos grupos de pressão, entre eles, sindicatos operários, estudantes, moradores dos morros, que acabam por criar um “microclima” que impede o país de “olhar para frente” e se desenvolver como uma grande nação.

As declarações pouco conhecidas dos militares golpistas foram praticamente esquecidas diante da tomada de posição pública feita por Kubitschek em favor da construção de Brasília.

Em 1962, após a inauguração da cidade, Juscelino Kubitschek também deixa transparecer que a rejeição do Rio de Janeiro como capital estava alicerçada em questões geopolíticas:

Uma cidade como o Rio, pela sua amplitude e pela sua adiantada industrialização, com consequente concentração de grandes massas, obriga o Governo Federal, pelo simples fato de ali estar sediado, a permanentes preocupações com assuntos de ordem meramente local, desviando-lhe a atenção com prejuízo dos problemas nacionais. [...] As agitações de caráter grave fermentam, de preferência nos grandes centros, insufladas por elementos de indisciplina e de desordem, os quais aí têm condições ideais para subversão.

(KUBITSCHEK, 1962:59-62)

A construção de Brasília pareceu, de alguma forma, prever inclusive o aumento dessas tensões sociais provocadas pelo crescimento econômico expressivo experimentado pelo governo de Juscelino Kubitschek. A abertura econômica promovida pelo governo levou a uma entrada de grandes capitais estrangeiros

que instalaram diversos tipos de indústrias no país, com destaque para a indústria automobilística. Isso levou não só a uma alteração nas forças econômicas do país, a partir do enorme peso assumido pelo capital estrangeiro em comparação ao peso da burguesia nacional, como também aumentou drasticamente a concentração econômica e demográfica nas grandes metrópoles do Sudeste, tais como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Essas metrópoles sofreram um crescimento vertiginoso de sua população a partir da migração cada vez maior de grandes massas de trabalhadores que se concentravam ao redor dos parques indústrias, em busca de emprego e de condições dignas de vida que não encontravam no campo.

A crise política que o país viveu após a renúncia de Jânio Quadros e durante o governo de João Goulart confirmou a importância da mudança operada no país. A polarização política extrema fez o governo de Goulart tentar se apoiar nas mobilizações sociais nas grandes cidades, e nos setores organizados do campo pelas reformas de base. O ponto alto dessa mobilização – e que parece ter sido o sinal de alerta para os militares golpistas, apoiados e orientados pelo governo e pelas forças armadas norte-americanas – foi o comício da Central do Brasil realizado no Rio de Janeiro. Depois, iniciado o golpe, isolado em Brasília, Goulart fugiu para o Rio Grande do Sul, que era governado por Leonel Brizola, para, talvez em vão, tentar traçar algum plano de resistência. Ao que tudo indica, o próprio Goulart desistiu de um enfretamento para evitar “derramamento de sangue”. O presidente deposto avaliou como difícil a sustentação de um governo sediado em Brasília, uma vez que a sua base de apoio estava nas grandes metrópoles, em especial no Rio de Janeiro. A resistência em Brasília deveria contar necessariamente com o apoio quase que exclusivo do Exército, fato que não ocorreu.

O desenrolar do golpe de 1964, que foi uma conspiração organizada pela CIA (Agência Central de Inteligência norte-americana), grandes empresários estrangeiros e brasileiros, e militares brasileiros, encontrou em Brasília o cenário perfeito para um golpe de Estado. Não só do ponto de vista social e político (em oposição à tentativa de resistência que ocorreu no Rio de Janeiro), como

também do ponto de vista militar, Brasília se tornou um verdadeiro “bunker” para os militares golpistas.

A partir de então, surgem outras perguntas, tais como: Por que foi necessário mudar a capital do país e não apenas planejar uma nova cidade tal qual Belo Horizonte, que se tornou umas das três maiores áreas metropolitanas do Brasil? Se o objetivo alegado era econômico, por que não investir em ferrovias e outras infraestruturas necessárias para desenvolver economicamente o interior do Brasil? Por que restringiram a produção industrial e houve resistência dos militares até mesmo para a construção de uma universidade pública (UnB) no Distrito Federal?

## 4 – Resistência ao controle planejado

*Eu tinha plano de morar no Plano  
De estudar no Plano era meu plano trabalhar no Plano  
E viver no Plano, olha só meu plano  
Mas que ledo engano o qual não deu pr'eu segurar  
Que vida apertada, que vida arredia  
Passados os anos tantas lutas tantos planos  
Jogaram meus planos na periferia  
Jogaram meus planos em Santa Maria  
Água, luz, casa e comida  
O salário desta vida  
Arruinou meu carnaval  
Eu vou me embora por Nossa Senhora do Cerrado  
Mandem pelo menos um postal  
Mandem pelo menos um postal do Plano*

Paulo de Tarso, do grupo de forró Paraibola

Fazendo uma regressão à história da capital federal, seria inimaginável, no começo da década de 1960, uma população de 3 milhões de habitantes. Cada vez mais distante do cenário inicial projetado criado por Lucio Costa, a cidade cresceu e ganhou traços de metrópole.<sup>13</sup> Costa previu que Brasília tivesse uma população de cerca de 500 mil habitantes na virada do milênio. No ano 2000, Brasília já contava com mais de 2 milhões de habitantes.

Logo que se iniciaram as obras para a construção de Brasília, a região se tornou um dos centros de imigração nacional. No primeiro Censo Oficial do Distrito Federal, feito em 1960, ano da sua inauguração, Brasília contabilizava 140.164 habitantes. Quase a totalidade deles, 93,6%, eram de pessoas de outros lugares do Brasil. Originários de várias regiões do país, mais de 58 mil nordestinos vieram tentar a sorte na capital federal, seguidos pelos imigrantes do sudeste. Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Ceará foram, respectivamente, os estados de origem da maioria dos imigrantes. Na época,

---

<sup>13</sup> Essas são as conclusões de um levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que calculou o índice populacional mais recente, divulgado [ontem](#). São 469 mil pessoas a mais, em relação ao último Censo Demográfico, em 2010.

4,2% da população se declarou natural do DF, sendo antigos moradores da região.

Após cinco décadas, Brasília multiplicou sua população mais de vinte vezes. Segundo o censo de demográfico de 2010, o Distrito Federal atingiu a casa dos 2.570.160 habitantes (3.039.444 de habitantes na estimativa atual). Já existe uma geração de homens e mulheres nascidas no DF com filhos e netos também brasilienses: 1.383.815 de habitantes (53,8% da população). Entre os 1.177.750 imigrantes brasileiros residentes na capital federal, os nordestinos ainda representam a maioria. A cidade tem também, entre seus habitantes, cerca de 8,5 mil estrangeiros.<sup>14</sup>

Os acampamentos montados pelos candangos<sup>15</sup> em regiões próximas ao Plano Piloto, como o Núcleo Bandeirante e a Candangolândia, depois acabaram se tornando cidades-satélites. Operários, serralheiros, pedreiros se estabeleciam como podiam em Brasília (em barracos e acampamentos), enquanto ajudavam a construir a cidade. O custo de vida, o preço dos imóveis e os caros aluguéis foram fatores levaram boa parte dos candangos (e depois imigrantes) a procurarem residências em cidades-satélites como Taguatinga, Planaltina etc. Além disso, muitos trabalhadores ocuparam áreas ao redor do Plano Piloto, pois, além da falta de condições para pagar o aluguel de apartamentos, as possibilidades de emprego estavam concentradas na região central da cidade, onde passaram a viver famílias de imigrantes com elevado padrão de consumo, fenômeno que criou uma demanda por serviços domésticos, trabalhadores para os comércios formal e informal etc.

Antes mesmo de a cidade (de Brasília) ser inaugurada, deu-se início ao processo de desativação dos acampamentos de obras e erradicação das favelas próximas ao Plano Piloto. Milhares de pessoas foram transferidas para as cidades satélites recém-criadas, como foi o caso de Sobradinho e Gama (1960), e para expansões dos pequenos núcleos urbanos existentes em Taguatinga (1958), Brazlândia e Planaltina.

---

<sup>14</sup> Dados retirados da página da Codeplan – Companhia de Planejamento do Distrito Federal

<sup>15</sup> Nome dado aqueles que vieram trabalhar nas obras de construção da capital e também daqueles que vieram morar na cidade no período inicial após a sua inauguração.

Ao final da década de 60, o governo do Distrito Federal verificou que inúmeras favelas (as 'grandes invasões') e acampamentos de construtoras (denominadas 'localidades provisórias'), com cerca de 82 mil habitantes, ocupavam territórios estratégicos, nas proximidades do Plano-Piloto. Segundo foi reportado pela imprensa, o então presidente da República (general Médici) teria manifestado ao governador geral (coronel Prates da Silveira) seu desagrado por ter em sua trajetória para o Palácio do Planalto e, deste, para o sítio do Riacho Fundo, numerosas e 'incomodativas invasões'. Para atender à observação presidencial e tentando coibir a proliferação das favelas (sempre atribuída às fortes migrações) o governo do Distrito Federal instituiu a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que, entre os anos de 1971 e 1972, cadastrou todos os barracos existentes nas vilas periféricas ao Núcleo Bandeirante, transferindo posteriormente sua população para a nova localidade de Ceilândia. Em razão do aparato montado, a transferência se deu sem que os percalços (poeira, lama, falta de água e de trabalho) constituíssem motivo de revolta dos transferidos. O 'comportamento adequado' dos favelados foi também atribuído à promessa de 'legalização' dos terrenos a baixo custo e pronta instalação de equipamentos como escolas, água encanada e eletricidade, facilidades que não eram encontradas nos acampamentos e favelas da periferia do Núcleo Bandeirante.

PAVIANI, Aldo. A construção injusta do espaço urbano. In:  
PAVIANI, 1991. p. 115-142.

Num segundo momento, que compreende o final da década de 1960 e início dos anos '70, as favelas remanescentes da região administrativa – RAI – foram transferidas para as cidades existentes e também para um grande núcleo provisório denominado Vila do Iapi, próximo ao Núcleo Bandeirante. Este, posteriormente (1971-72), teria sua população removida para o loteamento Cidade Satélite C/S da Ceilândia.

Todavia, apesar de o governo reconhecer as qualidades urbanísticas e comunitárias da Vila, justificou sua remoção

baseado em laudos 'técnicos' que atribuíam à invasão a contaminação dos córregos próximos e a consequente eliminação da Vila também estava respaldada nas recomendações do Plano Diretor de Brasília, elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa, que afirmava:

Deve-se impedir a enquisação de favelas tanto na periferia urbana, quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora da Nova Capital, promover, dentro do esquema proposto, acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. Brasília: a capital da segregação e do controle social, 1995.

Fica evidente na expressão 'acomodações decentes e econômicas' a intenção governamental de se criarem núcleos residenciais de padrão inferior aos do Plano Piloto para abrigar a população de baixa renda. Aqui se coloca também uma contradição entre a preocupação do seu projetista em manter a cidade em boas condições ambientais do ponto de vista dos seus recursos naturais, como a água, e a possibilidade de uma vida plena para os migrantes que escolheram Brasília para morar. Não se trata de efetivamente defender a preservação da natureza, mas de utilizar a ideia do projeto para manter uma estrutura de segregação socioespacial.

Coerente com esta política, deu-se a implantação de vários loteamentos distantes do centro de emprego e remoção de favelas e acampamentos para estes locais. Tal política se revelou extremamente negativa do ponto de vista social e ambiental, particularmente a remoção da Vila Iapi para Ceilândia.

De fato, no que se refere à questão social, a mudança das famílias causou uma significativa redução de suas rendas, devido à distância do novo núcleo do centro de emprego, e principalmente em face do custo de transporte, que praticamente impediu a participação dos filhos menores e da mulher na composição da renda familiar, ficando esta, basicamente estribada nos parcisos ganhos do chefe da família, percebidos, geralmente, como operário da construção civil. Esclarece-se que

no caso da mulher a atividade de lavar roupa consistia numa profissão das mais usuais entre as pessoas da antiga vila, que não podia ser exercida em Ceilândia, nos primeiros tempos, devido à falta de água.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. Brasília: a capital da segregação e do controle social, 1995.

Até meados da década de 70, a política de remoção de favelas prosseguiu da mesma forma, sendo que a grande Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) somente de 1970 a 1976 retirou 118.453 pessoas de favelas e áreas do Plano Piloto, e houve um aumento de 43.985 lotes nos núcleos satélites novos ou pré-existentes, restando apenas 3.456 famílias (cerca de 17 mil pessoas) morando em favelas. Isto nos dá a dimensão do que esta política significou para toda a população favelada de Brasília.<sup>16</sup> É justamente a partir da Campanha de Erradicação de Invasões (CEI), que se criou o nome da cidade-satélite mais populosa do Distrito Federal, a Ceilândia.

Aqui se coloca claramente como a defesa da manutenção de um plano urbano original serviu para segregar as populações migrantes do acesso ao espaço urbano central de Brasília. Assim como Haussmann fez em Paris, ao retirar do centro os operários, o poder público atuou sob a alegação da defesa do projeto original de Brasília. Fica exposta então a contradição de uma cidade que foi construída e planejada, mas que não soube (ou não convinha ao poder dominante) planejar a vida daqueles que a ajudaram a construir.

Se Brasília foi criada para começar um novo Brasil, deve-se perguntar, no mínimo, em que ponto a ideia de um novo Brasil foi abandonada. Ou também, se a enorme segregação urbana que se configurou em Brasília com base em ações governamentais planejadas não seria justamente a continuidade de um projeto social e político para o país que exige a necessidade de isolar espacialmente a administração central do Estado brasileiro das camadas populares e de possíveis “grupos de pressão”.

---

<sup>16</sup> GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. Brasília: a capital da segregação e do controle social, 1995.

A criação da Universidade de Brasília também foi alvo da pressão dos militares, que não queriam estudantes próximos à área da Esplanada dos Ministérios e da Praça dos Três Poderes – o epicentro das decisões nacionais.

Foi no governo de Juscelino Kubitscheck (JK) (1956-1961) que a proposta de uma universidade pública em Brasília começou a ser germinada enquanto enfrentava duras adversidades. Opunham-se a ela aqueles que acreditavam ser nociva à nova capital a presença de fábricas e de universidades, que trazem, respectivamente, operários e estudantes – ambos, já naquela época, considerados elementos incômodos ao pleno exercício dos poderes da república. Porém a Igreja Católica, que ambicionava o monopólio do ensino em todos os níveis, desejava erigir em Brasília uma universidade católica. Isso fazia com que, invariavelmente, a cidade viesse a ter pelo menos uma universidade. Aos poucos, os obstáculos foram sendo ultrapassados, os políticos foram sendo persuadidos, e iniciativas concretas foram sendo tomadas para que se prestasse fidelidade ao projeto original de Lúcio Costa. Comissões nomeadas por JK e pelo presidente ulterior Jânio Quadros (1961) se ocupavam do planejamento e implantação da UnB.

LELIS, Gabriel. A UnB e os militares: breve estudo sobre as relações entre a Universidade de Brasília e o regime autoritário brasileiro entre 1964 e 1965.

Aqui fica patente que o projeto dos militares para Brasília não levava objetivamente em conta um novo Brasil, mas abraçava um Brasil velho que resistia a mudanças. Fazia a defesa de uma capital livre de pressões da sociedade, nova e limpa, pronta para ser invadida pelos tanques. Estes, aliás, já se encontravam oficialmente instalados. Brasília, portanto, de acordo com esta ótica da superestrutura das classes dominantes, notadamente tornava-se a tentativa de manter o velho Brasil colonial, do abismo social e da repressão violenta contra seus opositores, inimigo das pressões transformadoras.

Desde o golpe de abril de 1964, a UnB se tornou alvo constante de violências, arbitrariedades e vigilância do aparato repressivo. A começar pelo

afastamento de seus dirigentes no pós-golpe – com destaque para o então reitor Anísio Teixeira, retirado do cargo. A UnB sofreu sucessivas ondas de repressão, expurgos de professores, invasões e ocupações militares, até a nomeação de interventores no cargo de reitor e a estruturação de uma rede repressiva interna, como braço do aparelho de segurança e informações. Essa preocupação permanente em manter a universidade sob controle se justifica tanto pela localização do campus da UnB no mapa da cidade – bastante próxima ao centro do poder –, como pelo projeto (feito pelo antropólogo Darcy Ribeiro) que ela, como instituição, representava para a esperança do Brasil novo.

A primeira invasão aconteceu no dia 9 de abril de 1964, apenas nove dias após o golpe militar. O então reitor Anísio Teixeira e o vice, Almir de Castro, foram surpreendidos por tropas do Exército e por policiais de Minas Gerais. Os militares chegaram em 14 ônibus, com três ambulâncias já preparadas para atender pessoas que se envolvessem em possíveis confrontos. No campus, invadiam salas de aula, revistavam estudantes, procuravam armas e material de propaganda subversiva. Buscavam também 12 professores que deveriam ser presos e interrogados.

No ano seguinte, em 8 de setembro de 1965, os professores entraram em greve por 24 horas. A greve foi uma resposta à demissão dos professores Ernani Maria de Fiori, Edna Soter de Oliveira e Roberto Décio de Las Casas, afastados por “conveniência da administração”. O clima de apreensão tomou conta do campus, e outros docentes temiam ser demitidos de forma arbitrária.

A segunda invasão então ocorre quando tropas entraram no campus na madrugada do dia 11 de outubro de 1965 e cercaram todas as entradas da universidade. Alunos e professores foram impedidos de entrar. Os soldados ficavam na portaria dos edifícios, proibindo qualquer agrupamento de pessoas, bloqueando até mesmo a entrada nos laboratórios para que animais envolvidos em pesquisas fossem alimentados. Na esteira da repressão, o então reitor Laerte Ramos demitiu 15 professores, alegando “perturbação da ordem”. Em seguida: 223 dos 305 professores da Universidade demitiram-se. O professor Roberto Salmeron conta em seu livro “A universidade interrompida: Brasília 1964-1965”, que os professores estavam fartos do clima de instabilidade que havia se instalado na Universidade.

Posteriormente ocorreram outras invasões da UnB em 1968 e em 1977.

Há 50 anos, no dia 29 de agosto de 1968, a Universidade de Brasília (UnB) foi alvo de uma invasão militar que resultou no espancamento, prisão e tortura de estudantes e funcionários. Sob o pretexto de cumprir mandados de prisão contra estudantes, as forças policiais e militares cercaram a Universidade com viaturas e caminhões de choque. Centenas de soldados invadiram prédios e salas de aulas, com metralhadores, fuzis e bombas de gás lacrimogênio. Um dos grandes alvos da operação foi a Federação dos Estudantes da Universidade de Brasília (FEUB), considerada pela repressão como uma organização subversiva e paramilitar. As forças de segurança espancaram e prenderam o seu presidente, Honestino Guimarães. Cerca de 300 estudantes foram mantidos presos na quadra de basquete da Universidade, que se transformou, segundo o relato dos próprios estudantes, em um campo de concentração.

PAIXÃO, Cristiano. 50 anos da invasão da Universidade de Brasília: a luta por democracia ontem e hoje.

A forma como a Ditadura lidou com a UnB revela claramente **que** os militares não queriam “estudantes fazendo baderna” e “operários fazendo greve” nos arredores da Esplanada dos Ministérios.

Apesar da tentativa de estabelecer em Brasília um quartel-general a céu aberto, a população do Distrito Federal, procurou resistir, à sua maneira, ao projeto de cidade e de sociedade imposto pela Ditadura Civil-Militar.

Um exemplo dessa resistência popular ocorre no dia 27 de novembro de 1986, quando em Brasília sucede uma grande manifestação popular em protesto contra o Plano Cruzado II, pacote de medidas econômicas lançado pelo presidente José Sarney. A onda de protesto ficou conhecida como “badernaço” e foi organizada pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) e pelo CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), reunindo milhares de pessoas na Esplanada dos Ministérios.

Veículos do Exército e diversos outros veículos oficiais foram destruídos, além de lojas saqueadas na Rodoviária. Ocorreu também a ocupação do prédio dos Correios e de agências bancárias nas proximidades. O movimento se concentrou na Rodoviária de Brasília – ponto central para o transporte público de ônibus por todo Distrito Federal.

Brasília também produziu a negação do espaço e do cotidiano oficial a partir de sua produção cultural que, a sua maneira, buscou abrir caminhos de resistência, almejando um outro projeto de sociedade.

[...] o espaço impõe a cada coisa um conjunto particular de relações porque cada coisa ocupa um dado espaço. Repetimos com Sartre (1963): “Se o prático-inerte rouba minha ação [...] ele impõe frequentemente uma contrafinalidade”. Quando se trata do espaço humano, a questão não é mais prático-inerte, mas de inércia dinâmica. A representação é também ação e as formas tangíveis participam do processo enquanto atrizes.

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. 2002.

A partir dos anos 70, em especial na crise política e social que resultou no fim da Ditadura Militar, a cultura brasiliense procurou resistir ao seu modo à ordem estabelecida. Poetas, músicos, atores e cineastas criaram um movimento cultural que fez de Brasília um lugar também de resistência e de um peculiar engajamento político, considerando que seus artistas e produtores culturais são os que mais vivem na capital do país, sofrendo suas influências diretas e indiretas.

Um exemplo típico disso é o rock brasiliense, sobretudo surgido nos anos 1980. Formadas em geral por jovens de classe média que fizeram músicas de protesto e de rebeldia, suas bandas alcançaram grande repercussão nacional. As mais conhecidas criadas ali foram: Aborto Elétrico (que se tornaria a icônica Legião Urbana), Plebe Rude, Capital Inicial, Paralamas do Sucesso, Detrito Federal, além de intérpretes/compositores que ali começaram suas carreiras, como Cássia Eller, Oswaldo Montenegro e outros.

Um exemplo emblemático, no campo da cultura popular, foi o lançamento do Bloco Pacotão, que surgiu em 1978, ainda em pleno regime militar, como forma de extravasar a falta de liberdade. Nasceu em um clube e levou em seu

primeiro dia 150 pessoas para as ruas. Hoje, o Pacotão discute não só a política, mas todos os temas de maior repercussão nacional e internacional.

"O Pacotão foi colocado na rua por muita gente, desde o primeiro dia, mas nasceu ali no clube. O objetivo era colocar um bloco de sujos na rua que fosse uma contestação ao regime militar". David Renault, então diretor da Faculdade de Comunicação da UnB.<sup>17</sup>

Além do rock, Brasília se tornou conhecida no cenário musical nacional através do rap. A história de Ceilândia é atravessada pela música. Junto com o triângulo, a sanfona e a zabumba, veio a arte do repentista e, depois, o canto indignado dos rappers. Ceilândia tornou-se um importante cenário do surgimento do rap nacional. Entre o final da década de 1980 e o início dos anos 2000, foram criados os principais grupos de rap que formaram parte da cultura hip-hop da cidade. Entre eles, o DF Zulu Breakers (1989), Câmbio Negro (1990), GOG (1992), Cirurgia Moral (1993), Viela 17 (2000) etc.

Respeito todas as quebradas, becos e vielas  
Quebradas cabulosas, satélites e qualquer favela  
Todas se parecem muito só que a CEI é diferente  
Na nossa quebrada a parada é mais quente  
Mais de 500 mil e pra eles somos lixo  
Lutando pra sobreviver tratados como bichos  
Escrotos, ratos de esgotos, vermes rastejantes  
Cobras, bichos peçonhentos, monstros repugnantes  
Terra sem lei, nova babel, casa do caralho  
Cu do mundo, baixa da égua  
Foda-se o que dizem, véi  
Ceilândia é minha quebrada [...]

**Ceilândia, a revanche do gueto.** Câmbio Negro, X

Protesto e resistência são as palavras-base do rap. Resistir à imposição de uma cultura de elite e apresentar outros lugares de fala é um objetivo que se evidencia nos depoimentos dos rappers e nas letras de suas músicas. Por meio

---

<sup>17</sup> ALVES, Gustavo. Brasília: capital do Brasil e da resistência cultural também.

de seus poemas, o rap narra o sofrimento, a luta e a confirmação de uma identidade construída a partir da rejeição.

## Conclusão

*O país real, esse é bom, revela os melhores instintos; mas o país oficial, esse é caricato e burlesco.*

Machado de Assis<sup>18</sup>

O presente trabalho procurou entender a dinâmica social, política e espacial na metade do século XX que são cruciais para compreensão do processo que levaram à criação de Brasília. A criação da nova capital, por sua vez, se inseriu em um novo momento da sociedade e do Estado nacional como um novo fator de influência na relação entre as classes sociais e os atores políticos.

Não se trata aqui, de um julgamento moral de uma cidade, dos personagens que foram importantes para a sua criação e muito menos dos seus habitantes. A construção de Brasília em si é uma demonstração da capacidade técnica, humana e artística do povo brasileiro. Uma obra de arte a céu aberto repleta de obras arquitetônicas arrojadas e criada por traços que ousaram sonhar um novo Brasil.

Entretanto, é preciso desvendar os meandros do caminho percorrido pelo povo e pelo Estado nacional para identificar o rumo tomado. O olhar atento para o desenvolvimento socioespacial de uma nação pode trazer elementos fundamentais essa análise.

A construção de uma capital no interior, ambicionada por mais de um século por diferentes regimes políticos, intelectuais e visionários não pode se resumir a um único fator unilateral. Uma decisão de tamanha grandeza em um país de dimensões continentais como o Brasil só poderá se realizar se encontrar uma confluência de fatores, objetivos e ideais a serem realizados.

Essa confluência, entretanto, não pode servir para esconder os reais objetivos e projetos de país defendidos na realização de tamanha obra.

---

<sup>18</sup> Machado de Assis, “Comentários da semana”. Publicado originalmente o ‘Diário do Rio de Janeiro’, Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1861 | Obra Completa, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Edições W. M. Jackson, 1938.

O debate sobre a construção de Brasília é uma oportunidade para analisar as dificuldades que a sociedade brasileira encontra para encarar e superar fortes contradições que marcam a história nacional. Um país que foi formado com base nos interesses coloniais da coroa portuguesa e se desenvolveu enquanto nação com base no trabalho durante séculos, não apagará as profundas marcas sociais e espaciais existentes como num “passe de mágica”.

Os ideais utópicos daqueles que encontraram em Brasília um recomeço de uma nação, uma nova fundação de “dentro para fora”, tiveram que encarar a dura realidade das forças sociais e econômicas nacionais e internacionais que sabem jogar muito bem o “jogo oficial” do Estado, mas também sabe utilizar as armas bélicas e econômicas para pressionar pelos seus interesses nos bastidores e também “virar a mesa” desse mesmo jogo quando for necessário e as condições concretas permitirem.

A tentativa de todo um setor política nacional em dar prosseguimento a um projeto de nação com justiça social, independente e soberana não poderá mais levar em consideração apenas aquilo que está escrito nos livros, seja da academia, seja em Brasília. É preciso levar em consideração a análise real do desenvolvimento socioespacial brasileiro para buscar os caminhos que levem à uma mobilização real das forças sociais e políticas existentes.

Assim como Lacoste utilizou a geografia para entender e denunciar a estratégia do exército estadunidense para destruir os diques de água e alagar o povo vietnamita do norte, é preciso desvendar o jogo real dos setores dominantes da burguesia nacional que há muito já deram demonstrações de se agarrarem em qualquer oportunidade de uma aventura golpista para manter o estado de atraso nacional e de subserviência ao capital estrangeiro.

A construção de Brasília, vista como um passo para o futuro por aqueles que acreditavam na democracia brasileira como um caminho seguro, deve ser analisada também sob a ótica daqueles que procuraram criar condições sociais, políticas e espaciais para o uso da força dos canhões e das baionetas. Infelizmente, não se trata de uma exceção à regra da história nacional. Uma nação que foi mantida “unida” num único território durante séculos com base no

“ferro e no fogo” não pode se dar o luxo de acreditar que tudo isso se trata de um passado distante.

O passado deixa marcas no espaço, este se revela ao mesmo tempo um museu aberto da história de um povo, como também um elemento dinâmico nas crises e embates do presente.

O golpe recente de 2016 impulsionado contra a presidente eleita Dilma Rousseff foi mais um capítulo dessa triste e trágica repetição (mesmo que como farsa) de medidas e arranjo de forças extralegais por parte dos mesmos setores que conspiraram para o golpe 1964. Mais uma vez empresários, banqueiros, militares, meios de comunicação, estrategistas conspiraram contra uma nação. Pela segunda vez, Brasília foi tomada por um golpe de Estado.

Os fatos que se sucedem à medida em que o golpe avança revela mais uma vez que mesmo, sob o signo oficial de um Estado democrático de direito, as grandes cisões nacionais são decididas nas ruas. A ocupação militar do Rio de Janeiro nesse momento de golpe é mais um elemento para corroborar a tese de que essa mesma burguesia teme acima de tudo o “Brasil real”. Foi precisamente essa força social existente e resistente no Rio de Janeiro que os golpistas de 54 e 64 buscavam silenciar e imobilizar.

Nada é estático, tudo se move e se modifica. O sucesso em conduzir o Estado e a sua configuração espacial podem ter permitido a continuidade de um Brasil absurdamente desigual. Esse mesmo sucesso obtido criou novas condições e problemas nos quais a estrutura anterior não é mais suficiente para controlar.

O fim da ditadura militar foi a demonstração máxima de que somente o Brasil real, o seu povo e em especial as classes subalternas que são aquelas que pela sua própria condição aspiram e necessitam de um Brasil novo, podem modificar e impulsionar um movimento real de transformações.

O erro cometido pela “frente democrática” no golpe de 64 com a união de Goulart, Kubitschek e até mesmo o golpista Lacerda não podem ser cometidos novamente. Não é o “Brasil oficial” da justiça, do parlamento e de eleições

controladas que mudarão o quadro desesperador para todos aqueles que sonham num novo Brasil.

As armas da crítica não podem, de fato, substituir a crítica das armas; a força material tem de ser deposta por força material, mas a teoria também se converte em força material uma vez que se apossa dos homens. A teoria é capaz de prender os homens desde que demonstre sua verdade face ao homem, desde que se torne radical. Ser radical é atacar o problema em suas raízes. Para o homem, porém, a raiz é o próprio homem.

MARX, Karl. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel

A raiz do problema nacional para todas forças progressistas está no fato de que se abandona de uma maneira geral a mobilização das forças reais, que possuem uma localização centrada nas periferias dos grandes centros urbanos, em favor de uma articulação pouco eficaz no Brasil oficial.

Não se trata de ignorar por completo as leis e tudo que remeta à institucionalidade do Estado, mas ao fato de que sem a participação e da organização da população impedida de acessar o direito à cidade e de ter uma vida plena não será possível mudar de forma consistente o Brasil.

## Bibliografia

- AQUINO, Rubin. *As revoltas populares do século XVII ao XX*. In: Rio de Janeiro – panorama sociocultural. Carlos Lessa ... [et al]. Rio de Janeiro: Ed. Rio: 2004. 184 p.
- BOUTINET, Jean-Pierre. *Anthropologie du projet*. Paris: PUF, 1990. 312 p.
- BOJUNGA, Cláudio. *JK: o artista do impossível*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- DELGADO DE CARVALHO, Carlos. *História da cidade do Rio de Janeiro*. Sec. Municipal de Cultura, 1990.
- DUVIGNAUD, Jean. *Lieux et non-lieux*. Paris: Galilée. 1977. 153 p.
- GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. *Brasília: a capital da segregação e do controle social. Uma avaliação da ação governamental na área de habitação*. São Paulo: Annablume, 1995.
- HOLSTON, James. *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- KUBITSCHEK, Juscelino. *A Marcha do Amanhecer*. 1962:59-62)
- LACOSTE, Yves. *Paysages politiques*, Paris, Biblio Essais, 1990.
- LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed, Documentos, 1969.
- PAIXÃO, Cristiano e Claudia Paiva Carvalho. *50 anos da invasão da Universidade de Brasília: a luta por democracia ontem e hoje*. Brasília: <http://www.noticias.unb.br>. 31/08/2018.
- PAIVANI, Aldo. *A construção injusta do espaço urbano*. In: PAVIANI, Aldo (Org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora da UnB, 1991.
- PAIVANI, Aldo (org.). *Brasília em questão: Ideologia e realidade*. São Paulo: CNPQ, 1985.
- PEIXOTO, João Batista. *A mudança da Capital e a redivisão territorial: dois magnos problemas geopolíticos contra os quais não se tem argumentos*. A Defesa Nacional. Biblioteca do Exército. Rio de Janeiro: 1955.
- PIRES, M. J., *O Termo Modernização Conservadora: sua origem e utilização no Brasil*. Revista Econômica do Nordeste, v. 40, n. 3, 2009.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, M. ***Espaço e Sociedade***. Petrópolis: Vozes, 1979.

SANTOS, M. ***O espaço do cidadão***. 2ª edição. São Paulo: Nobel, 1992.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

TAVARES, Jeferson. **50 anos do concurso para Brasília – um breve histórico**. Arquitextos. Do site vitruvius.com.br Publicado em 2007.

VIDAL, Laurent. **De nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital (séculos XIX e XX)**; tradução, Florence Marie Dravet. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

VESENTINI, José Willian. **A capital geopolítica; um estudo geográfico sobre a implantação de Brasília**. São Paulo: 1985.